

QUINZENA

**BASTA DE VIOLÊNCIA,
IGUALDADE EM CASA
E NO PAÍS**



.OPINIÃO
.ANÁLISE
.INFORMAÇÃO

Publicação
Quinzenal do

**CENTRO DE
PASTORAL
VERGUEIRO**

circulação interna

43

1º.03.88

**8 de março
Dia Internacional
da Mulher**

Isto é - 17.02.88

Fronteiras demarcadas

"Sindicalismo de resultados"
impõe novo perfil na divisão das
centrais de trabalhadores

Finalmente livre das amarras impostas pela repressão policial aberta a que esteve submetido durante os anos mais duros do regime instalado em 1964, e assentada a poeira do período de intensa mobilização que se seguiu aos primeiros sinais de abertura política de 1978, o movimento sindical brasileiro caminha para a definição de seu perfil. E o faz no interior de uma conjuntura particularmente complexa, em que se somam, do lado econômico, persistentes sinais de que a crise exige esforços e soluções de maior alcance que as até agora experimentadas e, do lado político, o momento da fixação das regras de convívio da sociedade na reta final dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. "Estamos num ano político, numa situação declarada de desgoverno em termos nacionais", alerta João Scivolletto, diretor da Assessoria de Relações Trabalhistas nas Empresas do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), prevendo grandes embates sindicais em 1988. É o divisor de águas, o traço que passa a delimitar as fronteiras dos embates sindicais a céu aberto, é uma expressão aparentemente óbvia e redundante: "sindicalismo de resultados". Afinal, por princípio, a atuação sindical visa resultados práticos. Por trás, contudo, das disputas que separam os "sindicalistas de resultado" dos chamados "autênticos", somam-se profundas divergências em torno de pontos como a relação com os empresários, o papel dos partidos políticos, a organização sindical e as bases ideológicas da organização da sociedade.

NEGOCIAR É PRECISO - Desde que assumiu a presidência do poderoso Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (o maior da América Latina, com cerca de 600 mil trabalhadores em sua base territorial), em junho do ano passado, Luís Antônio Medeiros, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro, principal mentor e ideólogo do "sindicalismo de resultados", vem combinando um cuidadoso trabalho de ampliação de suas bases políticas, via um permanente aceno de ganhos imediatos aos trabalhadores, com uma impiedosa campanha de isolamento de lide-

ranças de outras correntes que lhe pudessem fazer frente. O primeiro passo foi estreitar laços com o presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, Antônio Rogério Magri, já na terceira gestão consecutiva à frente da entidade e historicamente identificado com métodos de trabalho semelhantes aos do sindicalismo americano. Na frente externa, o resultado que contabiliza como um precioso trunfo é a confiança da unanimidade das lideranças empresariais do país. "O Medeiros e o Magri têm mais tranquilidade para conversar. São duas pessoas que dizem que os empresários podem ter lucro, aceitam o princípio de que o empresário tem que ganhar dinheiro", atesta Abraham Kasinski, presidente da Cofap, fabricante de autopeças de Santo André, São Paulo.

Na frente interna, a até agora mais significativa conquista foi o controle da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), que congrega algo em torno de 30 milhões de trabalhadores, segundo seus dirigentes, alijando para uma posição secundária o fundador e atual presidente da entidade, Joaquim dos Santos Andrade, o "Joaquinzão", a quem Medeiros sucedeu no sindicato dos metalúrgicos. No último dia 30, em São Paulo, uma reunião plenária da CGT decidia conferir a Medeiros e Magri plenos poderes para negociar com o Centrão as reivindicações dos trabalhadores a serem inseridas na futura Constituição. "Vimos aqui para buscar um acordo e vamos consegui-lo", explicava Medeiros, no dia posterior, em Brasília, antes do encontro com os deputados, ao final infrutífero. "O Centrão diz que as demais propostas (sobre a estabilidade no emprego) não passam; por isso fico com o Centrão", ecoava Magri.

Mais, contudo, que o passaporte para Brasília, o "sindicalismo de resultados" saboreava ao final da plenária do dia 30 o êxito, pelo menos parcial, de um de seus objetivos maiores: isolar os

partidos políticos da vida sindical. Antes de se retirarem do plenário em companhia de delegados independentes, impotentes ante atos de intimidação e violência, segundo denunciam, os sindicalistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) ouviram dos adversários iradas ameaças de expulsão da central. "O PCB e o PC do B deveriam ir para a CUT ou fazer uma central deles para tentar a revolução socialista que pretendem", disparava Magri. "Eu quero que os partidos se lixem. Eu negocio com o Centrão, com Covas e até com o diabo. Para mim, o 'sindicalismo de resultados' é aquele que busca conquistas concretas para os trabalhadores e não o poder político", arrematava Medeiros. Do seu canto, Joaquinção não pensa em desfazer-se de velhos aliados: "É preferível que todas as forças políticas fiquem na CGT. Se o PCB e o PC do B quiserem deixar a CGT, tem que ser por vontade própria. Somos uma entidade pluralista".

REACOMODAÇÃO - Instalado o "sindicalismo de resultados", a CGT se vê obrigada a repensar sua organização, sua estrutura, explicitar definições que, fatalmente, introduzirão mudanças na prática sindical do país. Não é de descartar, de saída, uma maior aproximação do grupo de Joaquinção com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com cerca de 10 milhões de trabalhadores na base de seus sindicatos e fortemente ancorada no ABC paulista e nas principais capitais do país. "Fui dos mais críticos de Joaquinção; hoje nos damos melhor. Subimos juntos num caminho para defen-

der a greve geral", informa Jair Mene-guelli, presidente nacional da CUT, que não esconde a disposição de uma maior aproximação política, mesmo que ainda não orgânica, com os setores da CGT contrários à política "de

QUINZENA - Publicação do Centro de Pastoral Vergueiro
Telefones: (011) 273-6533 e 273-9322
Caixa Postal 42.761 - CEP 04099
S. PAULO - SP - Brasil

ASSINATURAS - Para militantes sem condições financeiras: Cz\$ 430,00 (por seis meses) e Cz\$ 860,00 (por 12 meses)
- Para CUT, militantes sem condição financeira: Cz\$ 580,00 e Cz\$ 1.160,00
- Sindicatos, pastorais e assinatura de apoio: Cz\$ 860,00 e Cz\$ 1.720,00
- Exterior (via aérea): Europa - US\$ 40 (por 6 meses) e US\$ 80 (por 12 meses)
América Latina - US\$ 30 (por 6 meses) e US\$ 60 (por 12 meses)
O pagamento deverá ser feito em cheque nominal, cruzado, em nome do Centro de Pastoral Vergueiro. Também aceitamos vale postal em nome do Centro de Pastoral Vergueiro DESDE QUE SEJA ENDERÇADO PARA A AGENCIA DO CORREIO IPIRANGA - CEP 04099 - código da agência 401901.
-----preços válidos até 31/março/88-----

composição com a burguesia" defendida por Medeiros e Magri. E a se julgar pela disposição de alguns integrantes das correntes políticas no interior da CGT, não é de todo desprezível a hipótese de a CUT ver suas fileiras engrossadas a médio prazo; como no caso do deputado pecebista Augusto Carvalho (DF), ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, que defendeu no interior do seu partido a ida para a CUT com o argumento de que "o sindicalismo proposto por Magri e Medeiros implica uma briga ideológica muito profunda".

A curto prazo, contudo, a tendência é ao aguçamento da luta no interior da CGT - e em termos progressivamente duros. "Não conviveremos com o banditismo sindical", avisa um dos diretores da entidade, Sérgio Barroso, presidente do Sindicato dos Médicos de Alagoas e ligado ao PC do B. "Vamos limpar a CGT tirando de dentro dela esta direita mafiosa", promete o presidente da CGT do Rio Grande do Sul, Jorge Carlos Perret Shultz. Os resultados desta disposição se manifestaram cedo.

CONTRA-ATAQUE - Na terça-feira, 9, a já denominada corrente classista da entidade reuniu no Sindicato dos Urbanitários do Rio os presidentes de todas as executivas regionais da CGT (ausentes apenas os presidentes das seções de Pernambuco, Minas, São Paulo e Acre, sendo que os dois últimos enviaram telegrama de apoio) para condenar "os atos de banditismo sindical promovidos por Antônio Rogério Magri, Valdir Vicente, Ricardo Baldini, Vagner Pereira e José Teodoro, todos membros da executiva nacional, e Luís Medeiros, da CGT-SP, que inviabilizaram a plenária do dia 30 em São Paulo". Mais que isso, os 150 dirigentes presentes ao encontro, entre os quais seis membros da executiva nacional da central, decidiram "desautorizar qualquer membro da executiva nacional a negociar fora dos princípios programá-

ticos da CGT, particularmente com os setores reacionários da Constituinte agrupados no Centrão e com posições contrárias aos interesses dos trabalhadores e às linhas de ação do sindicalismo classista". Isto, segundo Rui Caladrini, presidente da CGT-RJ, significa "um repúdio ao chamado sindicalismo de resultados". De qualquer forma, para deixar explícitas suas intenções de fazer um sindicalismo voltado para as questões mais gerais, o encontro do Rio estabeleceu uma plataforma de lutas, englobando, entre outras, campanhas contra o pagamento da dívida externa, pela reforma agrária e por eleições presidenciais diretas este ano.

O desfecho desta guerra é, por enquanto, imprevisível. É certo, porém, que a salva de tiros que vem anunciando o surgimento do "sindicalismo de resultados" acabou ecoando nas hostes da CUT. Algumas vantagens obtidas pela corrente em acordos localizados com os patrões fizeram surgir dentro da CUT a preocupação de se prestar atenção a reivindicações mais imediatas. Coincidência ou não, menos de um mês após o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo fechar um acordo com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) garantindo uma antecipação salarial de 10%, a CUT obteve para os metalúrgicos do ABC um adiantamento de 15%. "A CUT precisa definir mais seu papel", reclama o presidente eleito do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Gilmar Carneiro dos Santos, enfatizando que a prioridade atual são as questões de salário e condições de trabalho. Gilmar, um dos fundadores da CUT e membro do Partido dos Trabalhadores, faz questão de ressaltar que isto não tem nada a ver com o "sindicalismo de resultados", do seu ponto de vista "um sindicalismo amarelo consentido"; socialista, como se declara, ele defende, contudo, algumas posições até então pouco celebradas no

interior da CUT, como a de se trabalhar tendo em vista a formação de uma "frente social" englobando desde entidades da sociedade civil até segmentos de pequenos, médios e grandes empresários para a obtenção de avanços políticos e sociais na consolidação da democracia. "Isto é necessário", recomenda.

RAÍZES - "Expressão enganosa porque encobre uma forma de atuação política de cunho conservador e acomodatória", na definição do professor Octávio Ianni, da PUC-SP, ou expressão do conservadorismo das camadas de trabalhadores não influenciadas pelos intelectuais, na conceituação do professor Leôncio Martins Rodrigues, da Unicamp, o "sindicalismo de resultados", agora emergente, tem raízes antigas no país. Seu principal centro de formação de lideranças, o Instituto Cultural do Trabalho (ICT), foi fundado em 1963, inspirado e subsidiado pelo programa Aliança para o Progresso, do governo dos Estados Unidos, e desde 1973 recebe uma subvenção de 180 mil dólares anuais da American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO), a gigantesca central sindical americana. Sediado em São Paulo, o ICT já ministrou cursos de formação de líderes sindicais a 69 mil trabalhadores brasileiros.

Na base da pirâmide, o trabalhador também se divide. Adepta do "sindicalismo de resultados", embora desconheça a expressão, a operária Abigail Fernandes de Souza, da Standard Electric, do Rio, acha que os sindicatos devem dar prioridade aos "problemas diretos de seus associados". Para seu colega Vicente de Paula, porém, a atuação política é fundamental, "pois a definição do nosso salário vem lá de cima". ▲

Voz da Unidade - 25.02.88

CGT DE CABEÇA FRIA

A reunião da CGT no Rio, no dia 9 passado, foi uma antítese da Plenária Nacional de 30 de janeiro em São Paulo. Se esta foi marcada pelos gritos e pela indecisão, a reunião extraordinária do Rio teve, pelo menos, resoluções.

Essa reunião — convocada pela CGT-RJ — começou na malfadada Plenária Nacional, quando, diante das violências, os representantes das entidades estaduais começaram a se retirar. Em reu-

niões realizadas nos arredores do anfiteatro da Universidade de São Paulo, foram definidas posições a serem tomadas, documentos e novas reuniões.

O secretário-geral da CGT-RJ, João Carlos Araújo dos Santos, o Negão, um dos principais articuladores da reunião no dia 9 de fevereiro, informa que estiveram presentes representantes de dezoito CGTs regionais, seis da executiva nacional e mais alguns membros das executivas regionais de

SP e MG. Só não estiveram presentes os estados de Sergipe e Pernambuco.

Resoluções

Obedecendo ao próprio estatuto da CGT, a reunião extraordinária do Rio de Janeiro teve a participação restrita a representantes de entidades sindicais, com cada delegado tendo direito a um voto.

As resoluções — que não ficam apenas nas bandeiras salariais e

econômicas — são as seguintes:

— Implementar o Plano de Lutas da CGT para este ano, para o que foi convocada uma comissão coordenadora, com dirigentes dos estados do RJ, RS, MT, BA e PA, além do Distrito Federal. Esta comissão é também responsável pela viabilização da próxima Plenária da entidade.

— Campanha pela suspensão do pagamento da dívida externa; campanha antiarrocho; campanha pela garantia dos direitos dos trabalhadores na Constituinte; intensificação da luta pela reforma agrária, conforme diretrizes da Contag-Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

— Transformar o dia 4 de março próximo em Dia do Basta, com manifestações massivas em todo o País e por mudanças na política econômica e social.

Outra resolução da reunião extraordinária da CGT no Rio: desautoriza-se qualquer um dos membros da Executiva Nacional a negociar fora dos princípios da formação da CGT, particularmente com o Centrão e com grupos adversos aos interesses dos trabalhadores. Além disso, a reunião repudiou "atos de banditismo sindical", criticando Rogério Magri, Valdir Vicente, José Teodoro, Ricardo Baldino e Vagner Pereira, membros da Executiva Nacional da própria CGT, e Luis Antonio Medeiros, da CGT-SP.

Além da efetiva realização dos programas da Central, foram tomadas resoluções no sentido de "exorcizar os demônios da divisão", segundo Negão, "alardeados após a frustrada Plenária de 30 de janeiro". Por isso, foi convocada uma nova Plenária Nacional, desta vez em Brasília, onde deveria ter acontecido aquela de 30 de janeiro.

Denúncias

O representante de Alagoas, Júlio Bandeira, chegou a propor a expulsão de Rogério Magri e Luis Antonio Medeiros dos quadros da CGT. Alguns dirigentes, como Arnaldo Gonçalves (presidente dos metalúrgicos de Santos), observaram, no entanto, que isso "criaria condições para a divisão da CGT e consequente fortalecimento de outra organização, só que a serviço da direita".

Segundo Ruy Callandrini, presidente da CGT-RJ, "nós não temos poderes para expulsá-los, uma vez que eles foram eleitos e são membros de fato e de direito". A discussão de uma nova diretoria para a Central fica, portanto, para a próxima Plenária.

Sobre o acatamento ou não das resoluções da reunião do Rio por parte do presidente Joaquim dos Santos Andrade, atual presidente da entidade, Ruy Callandrini diz que ele "só tem que acatar. Está no artigo 10 do Estatuto — nossa reunião foi por maioria absoluta".

Na reunião extraordinária,

houve a denúncia de Callandrini de que cinco norte-americanos, representantes da CIOSSL, procuraram o próprio Callandrini e também outros dirigentes sindicais propondo suas adesões à filiação da CGT àquela entidade. Ruy Callandrini não titubeou: respondeu negativamente, "até porque é antiestatutário".

Dos leitores

Ficar ou sair?

Após a plenária da CGT, realizada em São Paulo, em 30 de janeiro último, já não resta dúvida quanto às possibilidades de atuação dos comunistas nesta Central. A ação do chamado "sindicalismo de resultados", com sua claqué troglodita, passou por cima dos Estatutos da CGT e, de forma autoritária, antidemocrática, faz valer seus objetivos: ser o braço sindical da burguesia no Movimento Operário.

A posição desses "líderes" já era clara desde a fundação da CGT: naquela oportunidade, aliados ao PCdoB, tentaram impedir a palavra dos companheiros sindicalistas do PCB e por pouco não inviabilizaram a nossa participação na direção da entidade.

No episódio da greve geral, em dezembro de 1986, não moveram uma palha. Ao discutir a greve geral contra o arrocho do Plano Bresser, em agosto de 1987, desmoralizaram seguidamente o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, de forma a dividir o movimento e contribuir para o seu fracasso.

E agora, o que querem? Fomentar o anticomunismo, expulsando seus antigos aliados do PCdoB, atingindo, assim, não apenas os sindicalistas daquela corrente, mas o conjunto dos setores progressistas da CGT. Que não se iludam os "incautos": os próximos a serem atacados todos sabem quem serão... Assim, ficando totalmente "à vontade" na CGT, e como "porta-vozes" dos trabalhadores, pavimentam os esforços da direita ("Centrão, Sarney etc.) para derubar os avanços sociais na Constituinte.

Esse grupo, que coesiona a maioria na CGT, ao defender a manutenção ad eternum do Imposto Sindical (eterna sustentação de pelegos), busca legitimar indo às rádios e TV falar de "sindicalismo de resultados". Que resultados? O acordo dos metalúrgicos assinado em novembro pelo sr. Luis Antonio, exatamente igual ao de outras categorias mais fracas como químicos, plásticos, e inferior ao dos gráficos. Ou um acordo como o mais recente do sr. Magri, que extingue a garantia de emprego dos eletricitários, cláusula

la que vinha se renovando há vários anos.

Um resultado, certamente, conseguiram: são adorados pela burguesia, vivem nas manchetes e em palestras para RI's dos monopólios.

Hoje, mais do que nunca, é necessário uma ampla aliança dos setores realmente vinculados aos interesses populares, capaz de fazer o movimento sindical avançar e se erguer para combater o arrocho e a exploração.

Essa aliança se viabiliza na CUT. E, portanto, é lá que os comunistas devem estar para dar o sentido revolucionário da ação às suas teses.

Permanecer na CGT com o argumento de tentar mudá-la é querer escamotear a adesão ao que há de mais nocivo no sindicalismo brasileiro.

Para que continuemos a defender os interesses revolucionários dos trabalhadores não basta apenas a análise científica. Essa não valerá de nada se não tiver por base uma profunda indignação contra a exploração capitalista e todos aqueles que se tornam seus instrumentos."

São Paulo, 08 de fevereiro de 1988

João Paulo Kulesza,
metalúrgico de São Paulo
Carlos Alberto Zarattini,
diretor do Sindicato dos
Metroviários de São Paulo
Mauro Noffs,
eletricista de São Paulo
Celso Máximo de Figueiredo,
secretário-geral do
Sindicato dos Metroviários
de São Paulo.

Nota da Redação: A opinião dos sindicalistas acima não corresponde à posição do Partido Comunista Brasileiro, definida na Conferência Sindical de 1986 e ratificada no 8º Congresso Extraordinário. Os últimos acontecimentos na CGT estão sendo apreciados nos órgãos dirigentes e entre os sindicalistas, democraticamente. A orientação sindical do PCB, entretanto, continua sendo participar da CGT, organizar as CGTs estaduais e regionais e lutar por um Congresso Sindical Unificado CGT-CUT.

Sindicalismo de resultados só resulta em prejuízo

Trabalhador brasileiro, cuidado: o chamado

"sindicalismo de resultados" só traz prejuízo e atraso. Esta análise

de Pedro Scuro Neto, do Instituto Roberto Morena, prova isso.

O triste espetáculo promovido a 30 de janeiro passado, por Medeiros, Magri, Joaquinção e PC do B, na plenária da CGT, foi o prenúncio de tempos trágicos que podem estar por vir para o sindicalismo brasileiro de nossos dias. Foi a plenária dos que querem ser os primos pobres do capitalismo, daqueles pobres de dinheiro e de espírito que deliram contra a "partidarização" do movimento sindical, em favor de um "sindicalismo de resultados", por "negociações" com o governo e com os monopólios, sem saber, em momento algum, o significado real daquilo que dizem.

Magri e Medeiros em particular, por razões virtualmente inconfessáveis, querem que os trabalhadores brasileiros sigam o modelo de sindicalismo da AFL (American Federation of Labor), para que assim tenhamos sindicatos fortes e influentes. Mas, qual é mesmo a força do sindicalismo "de resultados"? Politicamente, nenhuma: via de regra, a AFL não apóia candidatos à presidência dos Estados Unidos, mas, quando o fez, como foi o caso com Walter Mondale, lançado em 1984 pela AFL mesmo antes dele ter sido indicado na convenção de seu partido, sofreu contundente derrota em 49 dos 50 estados norte-americanos.

Como diz Magri, quando não se pode negociar com um governo que nos é favorável, negocia-se com o adversário, como ele próprio tenta fazer com o "Centrão". Para um sindicalista de resultados, governo, político, é tudo igual. Derrotado, seu candidato a AFL foi "negociar" com Ronald Reagan. E o que deu? Os pragmáticos sindicalistas americanos propuseram-se a viabilizar o projeto neoliberal, reanimar o capitalismo, fazê-lo

mais competitivo, aumentar os lucros dos monopólios e o dinheiro no bolso dos ricos, subir a produtividade e reduzir os custos de mão-de-obra.

Os "resultados" da AFL foram decepcionantes. A indústria automobilística dos EUA, por exemplo, que, em 1979, ocupava mais de 700 mil pessoas, hoje não tem mais de 500 mil, apesar do tempo de montagem de um veículo ter diminuído de três vezes. Nesse mesmo período, a indústria metalúrgica perdeu metade dos seus empregos. Diminuiu a ocupação na indústria e cresceu no setor de serviços, onde frequentemente ela é apenas temporária, não exige qualificação e, por conseguinte, é muito mal remunerada. Cerca de 19 milhões de norte-americanos trabalhavam, em 1986, segundo dados oficiais, apenas em regime de meio período.

Quanto a salários, os "resultados" dos sócios americanos de Medeiros e Magri, são ainda piores: nos acordos salariais, por exemplo, cada vez mais vigora nos EUA um sistema de dois ou mesmo três níveis, que permite reduções de 10 a 80 por cento na remuneração de empregados novos ou readmitidos. Diminui, também, o número de contratos coletivos assinados pelos grandes sindicatos, onde se fixam pisos salariais tendo por referência o aumento do custo de vida (que os americanos chamam de *cola*, "cost of living allowances", um refresco bem amargo!). Os grandes sindicatos americanos, aliás, estão cada vez menores, pois não representam hoje mais que 6 milhões de empregados, enquanto nos anos 70 representavam 10 milhões.

Outro grande "resultado": transferência de capacidade industrial americana para os países de mão-de-

obra barata. Em 1985, por exemplo, cerca de 80% da produção norte-americana de microcomputadores (à exceção dos destinados a fins militares) foi transferida para Taiwan, Coreia do Sul, Malásia, Singapura e Hong Kong. Isso explica, aliás, o "sucesso" econômico desses países, tão elogiado e repetido pelos políticos do "Centrão". As pressões dos monopólios e do governo dos EUA contra a reserva de mercado da informática no Brasil têm suas raízes, precisamente, na intenção dos gringos em aplicar transferência semelhante também em nosso País.

Na verdade, o que é bastante curioso é que enquanto Magri e Medeiros querem nos fazer imitar os americanos, o próprio vice-presidente da Goodyear dos Estados Unidos afirma: "Se não baixarmos os salários reais (nos EUA) a níveis muito idênticos aos da Coreia do Sul ou do Brasil, não poderemos aumentar os níveis de produtividade ao ponto de considerarmos nossa indústria realmente competitiva".

Mas, numa coisa os primos pobres do nosso capitalismo podem realmente invejar seus primos pobres nos EUA: perguntamos, no começo, qual era a força do "sindicalismo de resultados" naquele país, e agora revelamos que ela está mesmo é na relação privilegiada das lideranças da AFL com os serviços de informação, com o crime organizado e os órgãos de repressão dos EUA. Tudo isso para impedir que qualquer tipo de oposição possa se desenvolver contra os objetivos dos monopólios e seus aliados, em qualquer parte do mundo capitalista. Este, sim, é um "resultado" bastante palpável, do qual já tivemos um lamentável exemplo no dia 30.



Tribuna Operária - 28.02.88

Ilusões no meio sindical

A idéia do "pacto social" voltou à cena nos últimos dias. Após passar um período no esquecimento, a proposta de um acordo entre governo, patrões e trabalhadores ressurgiu — desta vez com maiores adesões no meio sindical. Mesmo na CUT, que posa de radical, a idéia ganha simpatizantes. Estes, porém, preferem não se queimar utilizando o velho e desgastado termo. Disfarçam propondo uma tal de "negociação coletiva nacional".

A procura de um "pacto" entre exploradores e explorados não é nova. Mais recentemente, o governo da chamada "Nova República" tem batido com insistência nessa tecla. Mas a proposta nunca se viabilizou. Em todas as oportunidades em que foi sugerido, ficou claro que as classes dominantes não aceitam ceder nem um milímetro em seus privilégios. Sua aparente conduta "negociadora" visava apenas conter a insatisfação popular. Já no caso do governo Sarney, este não demonstrou determinação alguma em enfrentar com coragem os graves problemas nacionais que afetam a

vida do trabalhador, como a dívida externa e a questão agrária.

NOVO ENGODO

Agora a idéia aparece novamente com grande alarde na imprensa. Ela surge coincidentemente no momento das campanhas salariais de importantes categorias de trabalhadores. Tem também como pano de fundo a inflação, sobre a qual o governo admite ter perdido totalmente o controle, e os novos e alarmantes sinais de recessão. Para a burguesia, um "pacto" nesse momento poderia representar a contenção das lutas dos trabalhadores.

A poderosa Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) já deixou claro esse seu objetivo. Estabeleceu como requisito para negociação de qualquer acordo a passividade dos trabalhadores diante do arrocho salarial. "Os sindicatos devem deixar de fazer greves ou reivindicar aumentos salariais", afirmou Mário Amato, presidente da entidade. Por sua vez, o governo

também manifestou interesse na celebração de um pacto. Mas garantiu que não mudará sua conduta na negociação da dívida externa e nem aceitará a reposição das perdas salariais.

O que causa maior estranheza é que, mesmo diante desse novo engodo, alguns sindicalistas se mostram simpáticos à proposta do pacto.

Os representantes do chamado "sindicalismo de resultados" foram os primeiros a aplaudir a idéia. Luis Antônio Medeiros, um dos encabeçadores dessa corrente direitista e patronal, apressou-se a dizer que os trabalhadores até aceitariam "abrir mão de algumas coisas". Além disso, a proposta do "pacto" gera grande polêmica no interior da CUT. Tendo como base a proposta de acordo coletivo entre os sindicatos de metalúrgicos filiados à central e a Fiesp, que prevê a não convocação de greves, alguns cutistas acreditam na possibilidade de se firmar uma "negociação coletiva nacional". Embutida na proposta está a idéia de evitar a recessão contendo a luta dos trabalhadores.

Relatório Reservado - 28.02.88

SINDICALISMO

Reação na CGT

Ativistas profissionais, contratados ao preço de Cz\$ 1 mil/dia, foi a arma empregada pelos presidentes dos sindicatos de metalúrgicos e de eletricitários de São Paulo, respectivamente Luis Antônio Medeiros e Antônio Rogério Magri, para garantir a aprovação de sua tese durante a reunião plenária nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) em São Paulo. A denúncia é do presidente da Federação dos Gráficos do Estado de São Paulo e diretor da Confederação, Mário Monti, que garante ter reconhecido vários desses profissionais no auditório da USP, onde fora realizado o encontro. Segundo ele, a aprovação da tese do "sindicalismo

de resultados" (liderada por Magri e Medeiros) provocou sério descontentamento dos demais integrantes da entidade, razão pela qual a CGT estadual do Rio de Janeiro já está articulando novo encontro nacional da entidade para desautorizar a direção da CGT a negociar com o *Centrao* a substituição da estabilidade no emprego pelo aumento da multa na dispensa imotivada e outros itens dos direitos trabalhistas em debate na Constituinte.

Além de reverter o quadro criado pela corrente do "sindicalismo de resultados", os moderados da entidade, que segundo Monti são maioria, pretendem advertir Magri, Medeiros e também o representante do PC do B, Sérgio Barroso, de que não mais admitirão que disputas políticas envolvam o nome da CGT.

Senhor - 15.02.88

Cofre não confiável

O Banco Central envia ao Exterior 900 quilos de ouro que pertencem aos garimpeiros de Serra Pelada

Cynthia Peter

Além de encurralados e massacra- dos na ponte sobre o Tocantins (Marabá-PA), em dezembro passado, os garimpeiros de Serra Pelada tam- bém foram literalmente roubados. Os quase 900kg de sobras de ouro a que teriam direito após o refino do que venderam à Caixa Econômica Federal e que deveriam estar deposi- tados na Casa da Moeda, no Rio de Janeiro, aos cuidados do Banco Central, simplesmente desapareceram. Na verdade, foram remetidos ao Exterior, mais exatamente ao Morgam Guaranty Trust Company, de Nova York, via Londres.

Esse ouro vale mais de US\$ 13 mi- lhões, que os garimpeiros querem para investir no melhoramento do garimpo - fora o que vale o paládio, a prata e outros metais preciosos que contaminam o ouro e sumiram junto com ele. Para dar conta do ouro, se- rão citados judicialmente, logo após o carnaval, nada mais nada menos que o ministro do Interior, João Alves, o presidente do Banco Central, Fer- nando Milliet, e o da Casa da Moeda, Luiz Rogério Mitraud de Castro Leite.

Se o ouro não aparecer - ou o di- nheiro correspondente -, a quaresma desses três personagens não será nada divertida. Eles podem ser responsabi- lizados como depositários infíeis, um dos dois únicos casos de prisão civil previstos na Constituição - tanto atual quanto futura, segundo projeto em votação. O presidente do Sindi- cato dos Garimpeiros de Marabá, Fernando Marcolino Guimarães, es- pera não ser preciso chegar a esses extremos, mas está disposto a ir até o fim para reaver o ouro.

Nas duas últimas semanas, Marco- lino esteve em Brasília, e teve audiên- cias com o secretário do Conselho de Segurança Nacional, general Bayma Denys, e trafegou pelos Ministérios da Justiça, Fazenda e Interior. O ob- jetivo era negociar a devolução do ouro - em dinheiro - e evitar o re- curso às medidas judiciais. As nego- ciações ainda não deram nenhum fruto.

A história desse ouro é antiga, e começou com o próprio início do ga- rimpo em Serra Pelada. Desde 1980,

e até hoje, a Caixa Econômica Fede- ral efetua um desconto de 12% a 50% sobre o que paga aos garimpeiros pelo ouro comprado, devido às impu- rezas. Quando é feito o refino, na Casa da Moeda, há sempre uma dife- rença favorável aos garimpeiros na quantidade real de ouro obtida - é a sobra. Sobra, também, o paládio (me- tal usado na indústria astronáutica) e a prata. Esse ouro ficava na Casa da Moeda, à disposição do Banco Central.

Em 1985, segundo o assessor juri- dico, Sérgio Couto, os garimpeiros re- solveram reivindicar a propriedade do ouro. O Banco Central informou, de- pois de muitas idas e vindas, os saldos em favor dos garimpeiros. Na época, eram 853 quilos de ouro, 374 quilos de prata e 1.752 quilos de paládio. Mas alegou que só poderia ressarcir os garimpeiros sobre o paládio e a prata, porque o ouro já teria sido pago à CEF por conta dos investimentos fei- tos em Serra Pelada.

Os garimpeiros, através do sindi- cato, insistiram. Em 86, segundo o processo, um funcionário do BC, Is- ney Rodrigues, deu uma "dica" aos garimpeiros: se eles obtivessem uma sentença judicial comprovando a pro- priedade do ouro, o banco pagaria. Enquanto isso, adiantaram-lhes Cz\$ 61 milhões, por conta do paládio e da prata. E se comprometeram a mandar a lama nódica para refino na empresa alemã Degusa, a fim de colocar o pa- ládio no mercado internacional. Como o Brasil só tem capacidade de absorver 600 quilos de paládio por ano, sobravam 1.150 quilos para venda no mercado internacional. Is- ney Rodrigues propunha vender esse paládio em Londres, pago em ouro, que seria depositado em Nova York. O ouro seria, então, convertido em dólares, e depositado no Brasil em cruzados, o que daria um ganho de 30% aos garimpeiros.

Aguardando toda essa triangula- ção, os garimpeiros realizaram as- sembléias em Serra Pelada, onde to- dos os garimpeiros abriam mão de seus percentuais de ouro para a coo- perativa, que os representaria junto ao Banco Central para recebê-lo. For- ram feitas citações em vários Estados

para os ausentes, que não se manifes- taram. Paralelamente, entraram com uma ação de cobrança contra a CEF e o Banco Central. Citados judicial- mente, os dois órgãos propuseram um acordo: se os garimpeiros desistissem da ação, o Banco Central pagaria todo o paládio e a prata, e a CEF o ouro. Os garimpeiros aceitaram, o acordo foi firmado por escrito e o sin- dicato desistiu da ação. Só que o BC e a CEF não cumpriram o acordo.

Em maio de 87, uma sentença judi- cial reconheceu a propriedade dos ga- rimpeiros, através da cooperativa, so- bre as sobras do ouro. Um diretor da área externa do Banco Central infor- mou a Sérgio Couto que toda aquela história de venda de paládio no Exte- rior e refino na Alemanha era "fanta- sia do Isney". A ação de cobrança em andamento citou o Banco Central e este eximiu-se de toda a responsabili- dade, alegando que o ouro estava na Casa da Moeda. O juiz federal Al- berto Nogueira, da 5ª Vara da Seção Judiciária do Rio, expediu, então, um mandado de busca e apreensão do ouro na Casa da Moeda, datado de 1º de dezembro do ano passado.

No dia 14 do mesmo mês, o oficial de Justiça responsável pelo caso certi- ficou-se de que não pudera realizar a busca e apreensão porque o advogado da Casa da Moeda, Salvador da Costa Marques Neto, informara que o ouro fora remetido ao exterior por ordem do Banco Central. E, como prova, forneceu cópias de telex credenciando os srs. Peter Laurence Smith (passa- porte britânico) e Ian R. Stores (idem) como representantes do Morgan Guaranty Trust Co. of N.Y., autori- zados a levar um total de 13,3 tonela- das de ouro para o Exterior.

Coincidência ou não, poucos dias depois se deu o massacre, que o presi- dente do Sindicato dos Garimpeiros relaciona como mais uma das formas de pressão que estariam sendo usadas contra eles para forçar uma desistên- cia da ação. Se realmente foi isso, de pouco adiantou. Em 19 de janeiro deste ano, o juiz André José Koz- lowski, da mesma 5ª Vara do Rio, mandou notificar a Casa da Moeda para que apresentasse documentos mais específicos sobre as remessas de ouro, a fim de comprovar se de fato a

parte dos garimpeiros estava incluída. O "cumpra-se" foi dado em 25 de janeiro, com prazo de 48 horas, e a resposta foi dada em 28 do mesmo mês. A Casa da Moeda não só confirmou a remessa do ouro como esclareceu que o paládio, prata e outros metais "agregados ao ouro negociado com o Morgan deverão, por ocasião do refino no Exterior, ser desagregados e devolvidos ao Bacen, conforme prazos e índices negociados entre as partes". Ouro mesmo, nunca mais.

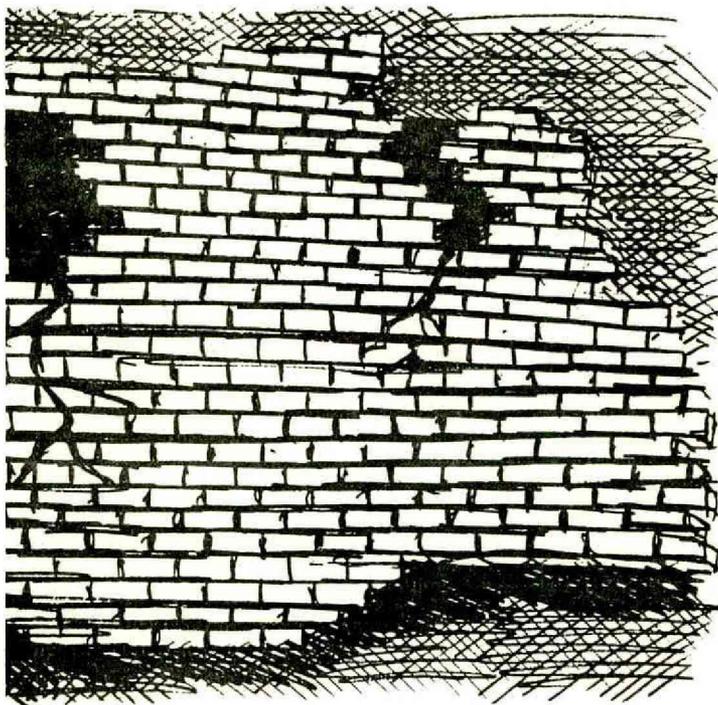
A juíza Rosileide Maria Cunha Barros, da Comarca de Marabá, expediu, a seguir, uma carta precatória determinando o bloqueio e penhora

de qualquer crédito oriundo do paládio, prata e sobra de ouro de Serra Pelada. Para providenciar isso, foram citados o ministro do Interior e os presidentes do Bacen e da Casa da Moeda. Segundo Sérgio Couto, eles têm agora três alternativas: efetuar a penhora, explicar por que não a faz ou serem responsabilizados como depositários infiéis. As explicações, entretanto, não parecem prováveis. Pelo menos, nada conseguiu o primeiro-secretário da Assembléia paraense, deputado Haroldo Bezerra (PMDB). Ele pediu informações à Casa da Moeda sobre o destino do ouro (ou do dinheiro apurado com sua negociação) e recebeu uma negativa como resposta, sob alegação de que o convênio da Casa da Moeda com o Ba-

cen impõe sigilo sobre essa questão.

Marcolino acha que tudo fazia parte das "pressões para achatar as lideranças sindicais e impedir as reivindicações" e acredita que "muita gente está envolvida com esses valores (do ouro), que porventura seriam divididos entre elas". O que ele não entende é por que a CEF investe recursos a fundo perdido em Serra Pelada, onerando os cofres públicos, quando existia dinheiro disponível para isso, oriundo do próprio garimpo. Há uma hipótese razoável para explicar a questão: provar a inviabilidade da lavra manual e, na consequência, privilegiar a exploração empresarial de Serra Pelada.

Boletim Correspondência - Dez/87



Os problemas de Habitação no Brasil

CLOVIS ILGENFRITZ DA SILVA

O "Ano Internacional dos Sem-Teto (1987)" decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU), deve servir para aprofundar a discussão e conscientização das maiorias, que são os trabalhadores de todos os países, e de seus organismos sindicais, para a busca de soluções aos graves problemas gerados pela **falta de habitações** em condições dignas para milhões de seres humanos, em especial nos países do terceiro mundo como é o Brasil.

As verdadeiras causas da situação de má qualidade de vida de nossos povos devem ser apuradas, conhecidas e extirpadas definitivamente.

Estas causas têm origem estrutural, no sistema econômico-político imposto à maioria de

nossos países — o capitalismo, que não subsiste sem haver explorados e exploradores.

No Brasil, fruto da exploração e dominação do capital sobre a força de trabalho, a luta de classes tem se acirrado, chegando, em alguns momentos, ao confronto. Ultimamente a situação de arrocho salarial, de desemprego, miséria e fome tem sido já insuportável criando-se um clima quase explosivo entre a classe trabalhadora e os setores dominantes do Capital. Estes, protegidos pelo governo e as Forças Armadas.

RAÍZES HISTÓRICAS

O Brasil se integra à História Ocidental a partir do início do

século XVI como colônia de Portugal.

A orientação, para fora, da história econômica de nosso país, manteve-se durante todo o período colonial, atravessando o período imperial — iniciado com a independência, em 1822 — e avançando pelo período republicano, iniciado em 1889.

Até 1888, a maioria da força de trabalho no país era constituída de escravos africanos e seus descendentes.

A partir do último quartel do século passado, a imigração europeia é incentivada pelo Estado e agenciada também pelos grandes proprietários rurais, a fim de solucionar os problemas de déficit de mão-de-obra, decorrentes da proibição da importação de escravos.

A realidade capitalista da sociedade brasileira permaneceu disfarçada — e atípica — até a abolição do trabalho escravo, em 1888.

A "modernização" da sociedade brasileira, que se acelera a partir da década de 1950, atinge o meio rural. Ela rompe os bolsões tradicionais da economia rural, despeja nas cidades imensos contingentes demográficos, assalariados do campo expulsos pelo desemprego produzido pela inovação tecnológica ou pequenos proprietários incapazes de acompanhar a capitalização avassaladora, inviabilizando-se como produtores numa economia de mercado, onde a capacidade de competir é condição de sobrevivência.

Estes amplos contingentes demográficos dirigem-se para as cidades, onde são condenados a viver nas periferias, em sub-habitacões improvisadas, sem saneamento, sem atendimento à saúde e à educação, com dificuldades de transporte, largadas à própria sorte.

Hoje 64,7% da população ativa brasileira recebem menos do que 70 dólares mensais.

O GOLPE DE 1964

Com a tomada do poder pelos militares, as contradições da sociedade brasileira só se agravaram: montando um monstruoso aparato de repressão, os militares, pela violência, mantiveram os setores populares subordinados à burguesia nacional associada ao capital internacional, que, em cima da miséria, da fome e da exploração da grande maioria de nossa população, se orgulha de sua economia ter crescido, no período pós-guerra, à média anual de 7,1%, saltando de 49º lugar para o 8º PIB da economia mundial.

Nosso mercado interno, ape-

sar dos 140 milhões de habitantes, não é o objetivo da grande massa de produtos que nossa economia industrial ultramoderna produz.

Esse processo de industrialização acelerada envolveu a diversificação da estrutura produtiva e a implantação de setores estratégicos como a informática, a química fina, a aeronáutica, bens de capital, além de ser o primeiro país do "Terceiro Mundo" exportador de armas e quarto produtor e exportador de alimentos da economia capitalista internacional.

O desenvolvimento do capital não se reflete no desenvolvimento da sociedade. Segundo a FAO-ONU, morrem cerca de mil crianças por dia na faixa de zero a um ano de idade, 28 mi-

leiro um bilhão de dólares por mês, somente em juros e serviços da dívida externa que em 1964 era de 3,2 bilhões; durante os governos militares e da "Nova República", alcançou os 110 bilhões de dólares, constituindo-se na segunda maior dívida do mundo.

As reivindicações para a Carta Constitucional, em especial as Emendas Populares, apesar de serem enviadas ao Congresso inscritas por milhões de brasileiros, não estão sendo atendidas.

Nesse cenário de imensas contradições sociais, econômicas e políticas, que vem se agravando no decurso da história, inserem-se também os problemas da habitação, da reforma

minimas de moradia, vivendo ou sobrevivendo em cortiços e favelas. O déficit habitacional atual é de 8 milhões de moradias e, se projetarmos para o ano 2000, será de mais de 12 milhões. Enquanto isso, em 1987 (Jan-Agosto) foram construídas apenas 38.000 unidades no país.

No campo existem inúmeras áreas conflitadas onde acontecem confrontos armados, de onde os pequenos agricultores ou posseiros rurais são expulsos pelas armas dos "grileiros" (criminosos profissionais contratados pelos fazendeiros, e, muitas vezes protegidos pela polícia).

A HABITAÇÃO E A QUESTÃO URBANA

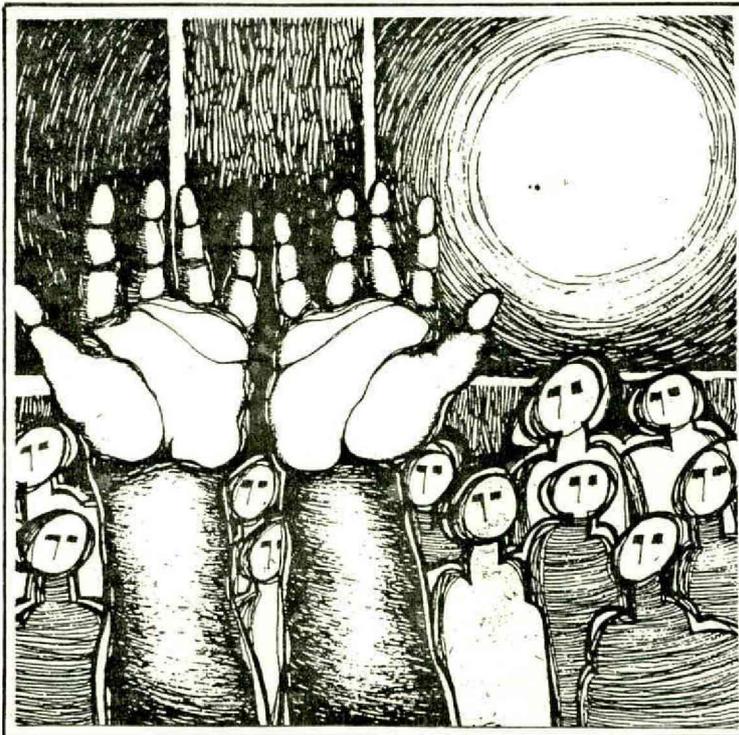
Mais recentemente, a situação das populações expulsas do campo se agravou de tal forma nas cidades, pela falta de habitacões, que se multiplicaram os movimentos de ocupações de conjuntos habitacionais.

Alguns desses conjuntos estão construídos há dois, três e até dez anos e permanecem desocupados por falta de poder aquisitivo, ou do poder de endividamento dos destinatários das unidades habitacionais. Grandes contingentes de famílias, sobrevivem em malocas construídas com os "restos da sociedade de consumo" ou ainda em baixo das pontes e viadutos nas cidades brasileiras.

Aproximadamente 25% da área das grandes cidades brasileiras é ocupada por vilas irregulares, cujas populações lutam pela regularização das mesmas, o que implica investimentos urbanos no setor de saneamento básico, instalações de serviços de transporte, coleta de lixo, abastecimento de água, luz, escolas e o título de propriedade.

Surge aí uma contradição: quando essas populações adquirem a posse e propriedade tornam-se presa fácil dos especuladores imobiliários que compram os lotes e casas regularizadas, já valorizadas pelos serviços públicos aplicados nesses locais. Esse fenômeno induz a transferência dessas populações para outras áreas mais distantes, num círculo vicioso que se repete, sem entretanto resolver o problema social dos habitantes daquelas localidades.

Faz-se necessário, portanto, a tomada de providências a nível legal (constitucional) para garantir a permanência dessas pessoas ou famílias nos lotes e habitacões regularizadas, sem que tenham condições de comercializá-las. É o direito de posse. O direito de moradia, não o de propriedade privada mercantilizável.



lhões de brasileiros adultos são analfabetos, 8,5 milhões de crianças em idade escolar básica encontram-se fora da escola.

"NOVA REPÚBLICA" E LUTA PELA TERRA

Esse quadro tem se agravado ainda mais nos dias atuais, pela absoluta falta de medidas governamentais para minorar a crise.

Hoje o salário mínimo é de US\$ 33 e só nos últimos quatro meses houve uma perda salarial real de todos trabalhadores de 42%. Esta situação se agrava ainda mais quando o governo brasileiro se submete às exigências dos financistas e banqueiros internacionais e, cumprindo recomendações do FMI (Fundo Monetário Internacional), consegue extorquir do povo brasi-

urbana e em especial da luta pela terra e pela moradia.

Não se pode desvincular a luta pela reforma urbana da luta pela reforma agrária, e estas das demais lutas populares, pois, às políticas de concentração do poder político, das riquezas e da renda acrescenta-se a concentração da terra rural e urbana.

O êxodo rural elevou o percentual da população urbana de 30% para 75% nos últimos 25 anos. Esse fenômeno provocado pelas políticas econômicas dos governos, em especial pela política agrícola de incentivo à modernização, à monocultura para exportações e do crédito dirigido apenas a estas, faz com que hoje o nosso país tenha enormes contingentes (aproximadamente 30% das populações urbanas) sem condições

A essas questões urbanas poderíamos acrescentar várias outras como é o caso das consequências resultantes da política de industrialização proposta principalmente a partir da década de 50, tendo como principal produto o automóvel particular.

Este fato determinou, como na maioria dos países do mundo, uma total modificação da fisionomia e do desenho urbano, forçando a abertura de um sistema viário que tem destruído o caráter humano das cidades assim como exigido a inversão de grandes recursos do orçamento público, em detrimento de investimentos de caráter social, como é o caso dos transportes coletivos, ainda precários, na maioria das cidades.

ARQUITETURA E USO DO SOLO URBANO

O Brasil se notabiliza em todo o mundo pela beleza de sua arquitetura, colonial e moderna, produzida em muitas localidades como é o caso das obras e das cidades de Brasília, sua capital. Entretanto, apesar do enorme esforço dos arquitetos e de suas entidades culturais e sindicais, a arquitetura ainda é um artigo de luxo acessível apenas a uma parcela da população.

As 4.200 cidade brasileiras, salvo raras exceções, formaram-se espontaneamente; não foram previamente planejadas. Em geral o planejamento urbano, quando tem sido feito, é para corrigir distorções, adaptar a cidade ao processo produtivo como o gerado pela indústria automobilística, ou ainda para satisfazer a ganância de lucros dos especuladores imobiliários. Os planos diretores de ocupação do solo quando existem são, via de regra, descumpridos.

Em todos os tempos, as cidades brasileiras têm sido a expressão da hegemonia de uma classe sobre as outras o que, mesmo sem o planejamento explícito, determinou o lugar de cada categoria social/econômica na cidade.

A criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, não resultou em solução para o problema habitacional. O Sistema Financeiro instituído pelo Banco — que arrecadou compulsoriamente 8% do salário de cada trabalhador, pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), serviu para financiar habitações principalmente para as classes ricas ou desviar seus recursos para obras faraônicas, fora do setor habitacional (usinas atômicas, hidrelétricas, estradas de ferro e outras) ou, ainda, para pagar parcelas dos serviços da dívida externa.

DÉFICIT HABITACIONAL

A única experiência que teve resultado positivo ainda que relativo, na área da construção de habitações durante os anos iniciais dos Planos de Habitação desenvolvidos pelo BNH, foram as Cooperativas Habitacionais conduzidas, sob "tutela" do governo, pelos próprios usuários. Esta experiência, entretanto, foi desestimulada antes mesmo de atingir as camadas de assalariados até 3 salários mínimos — 80% da força de trabalho no país.

O resultado de tudo isso, já foi dito, é um déficit de mais de 8 milhões de moradias. E outro tanto de famílias que "moram" em sub-habitações.

É bom lembrar alguns números: em 1940, a população urbana era de 31% (12,8 milhões de habitantes), enquanto em 1980 era de 67% (79,8 milhões).

A riqueza natural, a natureza bela e o clima favorável dos 8,5 milhões de Km², não são o suficiente para que a maioria dos seus 141 milhões de habitantes tenham uma vida digna e feliz.

Contra este estado de coisas, quase desesperador, e apesar das enormes dificuldades impostas pelo sistema e pela repressão, é que se organizam os trabalhadores, nos seus sindicatos, nas entidades de bairro, nos movimentos das mulheres, dos

negros, dos estudantes. Nos movimentos dos sem-terra, dos sem-tetos, das entidades em defesa dos direitos humanos. E, ainda, pela participação político-partidária dos trabalhadores que criam seu próprio partido, para servir, junto com outros, de instrumento de conscientização política buscando o poder de decidirem sobre seu próprio país, sobre seus destinos. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) surgiu também como fruto desta vontade política.

Nesta luta, e em específico nas questões urbanas, se inserem também os Sindicatos de Arquitetos de todo país e sua Federação Nacional, cujos trabalhos se desenvolvem desde a criação da CUT.

MOMENTO CONSTITUINTE E PLATAFORMA POPULAR

A CUT, embora não desenvolva ilusões de que a Constituinte resolverá os problemas brasileiros, está empenhada na luta para conseguir junto ao Congresso Constituinte (de maioria conservadora), que as principais reivindicações do povo brasileiro, em especial dos assalariados sejam consagradas na nova Carta Constitucional.

— Reforma Urbana e Meio Ambiente:

— função social da terra: de acordo com o interesse coletivo coibindo a apropriação capitalista da terra e a especulação imobiliária; desvinculação do direito de propriedade do direito de construir; desapropriação de terrenos desocupados por interesse social; direito de preferência ao município; estatização dos cartórios de registro de imóveis; direito real de concessão de uso de áreas públicas; definição de novas formas de acesso à terra urbana, entre as quais o arrendamento, direito real de uso;

— Direito de usucapião urbano especial, com prazo de três

anos e procedimento simplificado;

— Assegurar a base legal para regularização fundiária de assentamentos autoproduzidos (favelas, invasões, etc) e seu direito aos serviços e equipamentos urbanos, respeitadas as áreas de preservação ambiental.

— A função social prevalece sobre o direito de propriedade.

— A questão habitacional privilegiando o atendimento das populações de baixa renda e integrada com planejamento urbano; enfoque social que garanta subsídios à população de baixa renda para o custeio da habitação; a estocagem de terra urbana para fins habitacionais; a estatização dos serviços públicos urbanos de saneamento, infraestrutura;

— O transporte, assim como a eletricidade, gás, saneamento, urbanização, serviço de correio e telefonia são serviços essenciais e bens públicos;

— A Gestão Democrática da Cidade — Participação e Soberania Popular; assegurar a iniciativa popular em lei no âmbito municipal, ou o direito de veto à execução de lei urbana relativa à vida urbana mediante proposta de 0,5% do número de eleitores.

(*) — Colaboradores: Socióloga Lorena Holzmann da Silva e urbanista Jaime Rodrigues

A CUT foi convidada para participar do "Simpósio Sindical Internacional" sobre "A Habitação, o Meio Ambiente e os Sindicatos", realizada pela Federação Sindical Mundial e União Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias de Construção, Madeira e Materiais de Construção, nos dias 6 e 7 de outubro/87, em Sofia, na Bulgária. Este texto é uma síntese de alguns pontos de tese enviada pela CUT, com a colaboração de Clovis Ilgenfritz, dirigente da Federação Nacional dos Arquitetos e ex-dirigente da CUT.

Agen - 11.02.88

Favelas crescem na periferia de São Paulo

São Paulo (AGEN) - Tem crescido, nos últimos anos, o número de favelas na periferia de São Paulo, enquanto diminui a população favelada nas áreas centrais. Em 1973, por exemplo, a Vila Prudente, situada numa área central, abrangia 11,16% dos barracos de favela do município de São Paulo; em 1985, possuía 6,2% dos

barracos. Segundo o Movimento de Defesa dos Favelados (MDF), o crescimento das favelas nas periferias deve-se à valorização das áreas centrais e às expulsões por parte do aparato policial.

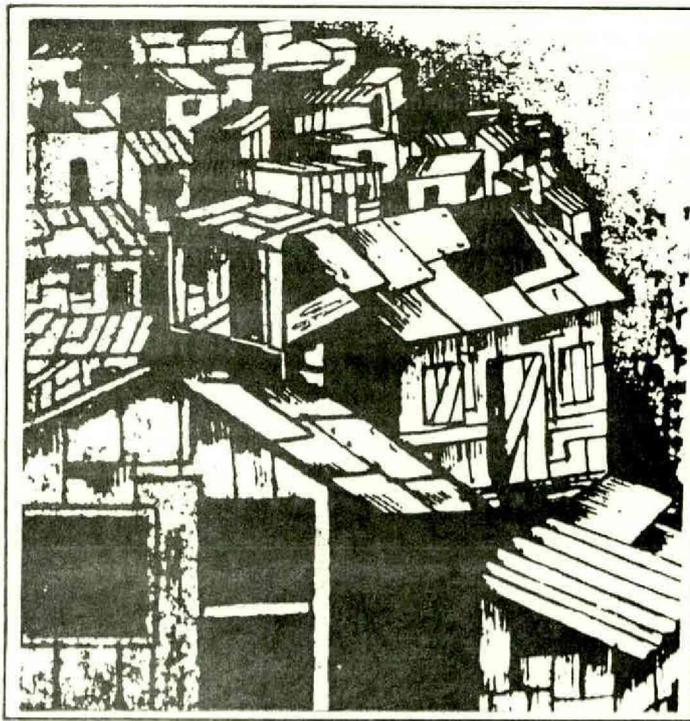
Ao todo, conforme dados de 1987, a

população favelada de São Paulo era de 675.274 pessoas, ou 6,2% da população da capital. O número de favelas no ano passado era de 1.737, estando 771 delas (39.607) localizadas em áreas particulares, 753 em áreas municipais (53.267 barracos) e 210 em áreas mistas (49.865 barracos). Em áreas do Estado ou do governo fede-



ral, eram três as favelas, com 25 barracos.

A área de maior concentração de favelas é a Zona Sul, que tem 48% da população favelada. Seguem a Zona Sudeste (21,4%) a Zona Norte (15,4%), a Zona Leste (13,7%) e a Zona Central (1%). Entre 1975 e 1979, a Zona Sul abrangia 6,79% das favelas de São Paulo. De acordo com o MDF, 55% das terras das grandes capitais brasileiras estão vazias. Em Salvador, esse índice chega a 60%, o mesmo ocorrendo na Zona Leste de São Paulo.



povos indígenas

Retomada a campanha contra o CIMI

Brasília (AGEN) - Diversos órgãos de imprensa retomaram a campanha de difamação contra o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Agora, a principal acusação feita ao CIMI é a indução dos indígenas ao consumo de drogas e bebidas que estaria sendo feita pelos missionários, segundo denúncias partidas da própria Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Especificamente, a FUNAI, através de seu presidente, Romero Jucá Filho, divulgou que os missionários do CIMI estariam estimulando o consumo de drogas e bebidas entre os índios Craõ de Goiás e os Maxakali, de Minas Gerais. Qualificando as acusações de "falsas e caluniosas", o CIMI, em nota oficial, acentuou que "culpar missionários pelo alcoolismo entre os indígenas é desconhecer que os índios Maxakali e Craõ, em função dos contatos desordenados com a sociedade não índia, foram levados ao alcoolismo".

Votação

A retomada das acusações contra o CIMI coincide com o início da votação do texto final da Constituição, pelos 559 membros do Congresso Constituinte. Segundo observadores, as novas acusações contra o CIMI seriam, nesse sentido, uma forma de pressionar os parlamentares constituintes, para que os direitos básicos dos povos indígenas não sejam respeitados no futuro texto constitucional.

De fato, a campanha contra o CIMI, partida do jornal "O Estado de São Paulo", em agosto do ano passado, foi divulgada exatamente às vésperas da elaboração do projeto da Constituição, pelo relator da



Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Como efeito da campanha, o substitutivo de Bernardo Cabral continha graves retrocessos na questão indígena. Outro resultado da campanha (as acusações eram de que o CIMI estaria defendendo o monopólio da explo-

ração mineral no Brasil por grupos internacionais) foi a constituição de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) no Congresso Nacional, para investigar as atividades do CIMI.

Depois que o relator da CEI, senador Ronan Tito (PMDB-MG), emitiu parecer

inocentando o CIMI de qualquer vinculação com grupos econômicos internacionais, a campanha contra a entidade amoleceu. Agora, a retomada da campanha, a partir de novas acusações, divulgadas no final de janeiro, teria como objetivo impedir, de uma vez por todas, que os direitos históricos dos povos indígenas sejam garantidos na nova Constituição. Um dos jornais que publicou as novas acusações contra o CIMI foi o "Diário da Manhã", editado em Goiânia (GO), e que tem ligações com a União Democrática Ruralista (UDR).

A vez do voto

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em seu Boletim Constituinte de 1º de Fevereiro, observa que a definição da luta pela garantia dos direitos dos povos indígenas na futura Constituição depende de dois fatores: "A sensibilidade de uma maioria de pelo menos 280 parlamentares constituintes e a efetiva mobilização dos setores populares preocupados com os destinos das populações indígenas, no sentido de pressionarem os deputados e senadores a partir de suas res-

pectivas bases, ou seja, o eleitorado nos estados de origem".

No comunicado, a CNBB destaca que o CIMI "praticamente já esgotou todos os seus recursos de persuasão, esclarecimento e alerta aos parlamentares, tendo conseguido, numa atuação sem tréguas, ampliar o debate sobre a questão indígena e o respaldo aos povos nativos dentro da Constituinte". A CNBB nota que o teste para se verificar a posição dos parlamentares frente a questão indígena será a votação do artigo 22 do projeto de Constituição, onde os grupos indigenistas tentarão a condição de "imemorialidade" da ocupação das terras indígenas para o seu reconhecimento como bens pertencentes à União, "tendo em vista os cinco séculos de perseguições e constantes expulsões desses povos de seus legítimos territórios".

A CNBB frisa, ainda, que, "apesar de todas as dificuldades surgidas no percurso" da discussão sobre os direitos indí-

genas, "vários constituintes mantêm disposição de continuar a luta pela causa indígena, na Assembléia, apresentando emendas e destacando-as para votação em separado". Entre estes parlamentares, a Conferência afirma que "atuam com especial interesse os constituintes Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), Noel de Carvalho (PDT-RJ), Ruy Nedel (PMDB-RS), Alceni Guerra (PFL-PR), Jarbas Passarinho (PDS-PA), Celio de Castro (PMDB-MG), Fábio Feldman (PMDB-SP) e Eraldo Trindade (PFL-AP)". A pluralidade de apoio, inclusive em termos de origem partidária, para a CNBB, torna possível a crença "na aprovação de um texto que venha atender as reivindicações das populações indígenas, pelo menos no tocante aos aspectos essenciais". Mesmo assim, a entidade adverte para a necessidade de prosseguimento da mobilização popular, como forma de se sensibilizar os membros do Congresso Constituinte. 4

Vai-Vem, Boletim das Migrações - Fev/Març./88



"NÃO NASCEMOS EMPREGADAS E NÃO SUPPORTAMOS A SUBMISSÃO"

O Vale do Jequitinhonha, Norte de Minas Gerais, é uma Região caracterizada pelo fato permanente de expulsão de trabalhadores, sobretudo para o interior de São Paulo, os MIGRANTES SAZONAIS, do corte da cana. Agentes de pastoral que atuam nesse contexto, a cada ano visitam esses migrantes em sua Região de origem. Desses contatos, detectou-se que, ao contrário do que se pensa, a grande migração no Vale não atinge somente aos homens. Um grande número de moças constantemente migra em direção a São Paulo, e outras capitais onde vão ganhar a vida como empregadas domésticas, ao mesmo tempo que saem com a intenção de ganhar um pouco mais para ajudar a sua família que fica nessa imensa Região, rica em recursos naturais, onde, porém, o povo vive de uma forma precária. Dessas constatações, surgiu a iniciativa de realização de um Encontro com essas moças que residem em São Paulo, com a fina-

lidade de possibilitar uma aproximação e entrosamento entre estas, além de ser um momento de discussão do problema migratório, bem como das dificuldades enfrentadas nas grandes cidades. O evento ocorreu no dia 06/12/87 e contou com a presença de 18 moças, negras, em sua maioria. Os depoimentos dados demonstraram com clareza como se dá o processo de migração e como é o dia a dia das empregadas domésticas.

Conforme salientou Maria do Amparo Rocha, "a moça quando deixa o Vale, sai iludida". Há casos de influência por parte de famílias com maior poder aquisitivo, dizendo que em São Paulo a empregada doméstica não é considerada como tal e que ali se tem médico de graça, facilidade de estudos, e que se ganha muito dinheiro. Os depoimentos que se seguem desmascaram essa falsa imagem:

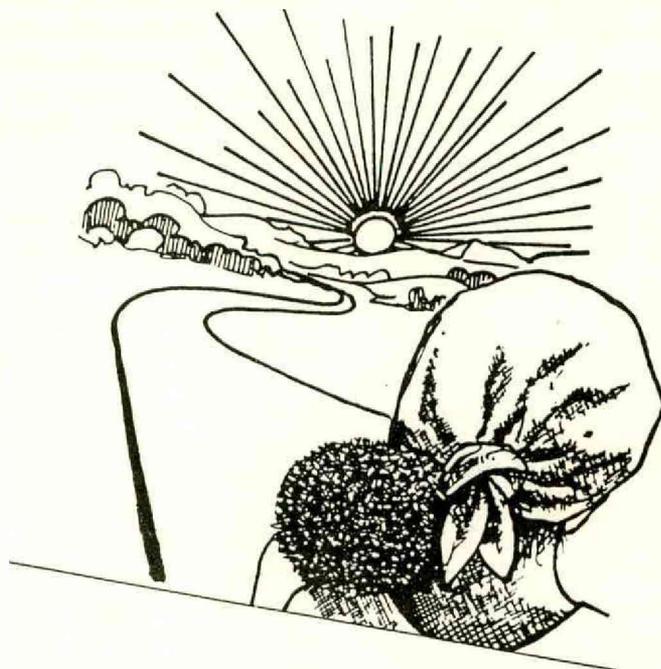
"Muitas vezes, São Paulo não é como floresce a fala sobre ele no interior".

"A patroa não gosta que a empregada estude, porque ela sabe que a empregada vai ficar mais viva e lutar por seus direitos."

"É preciso haver uma conscientização sobre a realidade de São Paulo e o que é ser empregada doméstica. Ninguém fala o que vem ser o INPS, que no fundo é um ladrão do povo, pois para conseguir uma consulta tem que levantar às 5 horas para pegar a fila. Muitas vezes, a realidade que a gente conhece de São Paulo é uma realidade mentirosa."

"Desde a hora em que o prédio é construído, a empregada já é discriminada. O quarto dela é bem pequeno e além de ser pequeno, ainda enchem de bagulho como se a empregada fosse um bagulho também".

"Muitas patroas dão presentes, com a intenção de tornar a empregada submissa, criando uma falsa imagem de que a patroa tem um bom coração. Mas presente não tem nada a ver com a prestação de serviço. A prestação de serviço



deve ser paga com um bom salário, porque uma pessoa que ganha um bom salário pode comprar coisas que valem a pena. não é porque ganha "presente" que deve trabalhar em troca deste".

"A pessoa que nasce em São Paulo parece que tem uma mentalidade de empregado. Mas nós nascemos na roça muitas vezes, numa vida difícil, mas dentro de uma terra que é nossa, não nascemos empregadas. Por isso, a gente não suporta submeter a uma patroa".

Um dos objetivos deste Encontro foi também a formação de um alicerce para a realização de outros encontros dessa categoria, no futuro, o que ficou estabelecido, conforme a decisão da maioria, uma vez que este ficou ao nível de conhecer a realidade e num próximo deverão surgir propostas de trabalho em conjunto.

GREVES

AERONAUTAS PARAM DURANTE O CARNAVAL

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decretou no dia 22/02 a ilegalidade da greve realizada durante o carnaval pelos aeronautas da Varig e da Vasp.

Os aeronautas estão reivindicando um reajuste salarial de 65,15%; a revisão das 96 demissões

realizadas durante a greve, e várias causas do acordo coletivo que estão sendo desrespeitadas pelos patrões.

A resposta dos trabalhadores para a decretação da ilegalidade do movimento, foi marcar nova greve para o dia 09/03.

GOVERNO PREPARA REPRESÁLIA AOS FERROVIÁRIOS

Acabou a greve dos ferroviários em todos os Estados. Os trabalhadores começaram a retornar ao trabalho no dia 09/02, depois de 10 dias de greve, aceitando a proposta feita

pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho, de manutenção da antecipação salarial de 18% por conta do Plano de Cargos e Salários da categoria.

O TST decretou também a ilegalidade da greve, o que permitiu ao governo promover demissões, o que alias já vem acontecendo.

Em nota oficial, o Ministro dos Transportes José Reinaldo Tavares pediu "todo rigor na apuração de responsabilidades em relação ao movimento grevista para aplicação de sanções previstas na legislação em vigor."



SAPATEIROS DE FRANCA/SP CONQUISTAM UM BOM ACORDO

No dia 09/02, nono dia da greve, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) julgou ilegal a greve dos Sapateiros de Franca. O TRT concedeu um abono de 26,06% sobre o salário de janeiro, sem prejuízo das URPs do período. O abono deverá ser compensado no próximo dissídio coletivo. Em termos gerais o aumento conquistado é de 370% sobre os salários de fevereiro de 1987, enquanto a inflação do mesmo período foi de 365%. Um item importante que se conquistou foi o de garantir um índice de salário superior ao reajuste, para quem começar a trabalhar depois do acordo coletivo. Com isto se criou um mecanismo que dificulta a rotatividade de mão de obra. Infelizmente não se conseguiu a redução da jornada de trabalho.

COUREIROS EM GREVE

A Categoria dos Coureiros entraram em greve no dia 11/02. Segundo fontes do Sindicato dos Ttabalhadoreos 10% dos 8 mil Coureiros estão paralizados.

A reivindicação dos trabalhadores é a mesma que foi entregue na época do dissídio coletivo da categoria em outubro do ano passado, e que a patronal ignorou: - 77,36% de aumento e redução da jornada de trabalho de 47 horas para 44 horas semanais.

POLÍCIA MILITAR FAZ GREVE EM SP

Dois Batalhões da PM da Capital paulista paralizaram suas atividades no dia 19/02 à tarde e cerca de vinte viaturas da PM estiveram na Praça da Sé durante a assembléia do funcionalismo.

As manifestações dos PM se alastraram para outros Batalhões. No sábado dia 20/02, 79 cabos e soldados

foram detidos, e foram soltos no dia seguinte.

Os PM reivindicam um aumento salarial de 200%, contra os 100% oferecidos pelo governo.

SERVIDORES PAULISTAS NÃO ACEITAM REAJUSTE DE QUÉRCIA

Os Servidores Públicos Paulistas entram em greve no dia 11/02 pedindo a revogação do reajuste médio de 70%, aprovado pela Assembléia Legislativa no último dia 10/02. A reivindicação dos trabalhadores públicos é de um reajuste de 144% e aumento real de 15% sobre os salários recebidos em Janeiro.

FÓRUM DE ARARAQUARA/SP PÁRA

Cerca de 80% dos 120 trabalhadores do Fórum de Araraquara/SP entraram em greve no dia 09/02 por não terem recebido nenhuma proposta de reajuste salarial do Tribunal de Justiça do Estado.

EMBRAER: GREVE JULGADA LEGAL

O TRT julgou no dia 10/02 legal a greve feita pelos trabalhadores da Embraer em São José dos Campos/SP nos dias 2 e 3 deste mês, determinando também a concessão de um reajuste de 15% sobre os salários de outubro do ano passado, a serem pagos a partir de novembro, e o pagamento das horas paradas.

A legalidade da greve foi justificada pela "inconstitucionalidade das restrições feitas pela lei nº 4.300/64 à deflagração de movimentos paredistas". Os juízes consideram que esta lei foi "parcialmente anulada" no que se refere às exigências legais para o início de greve.

ALPARGATAS EM GREVE

Terminou no dia 12/02 a

greve de quatro dias na unidade industrial da Alpargatas, em São José dos Campos/SP.

Os 3 mil trabalhadores que reivindicam 60% de aumento real, conquistaram uma antecipação salarial de 46,3%, para ser descontadas das URPs dos três próximos meses.

ESTATAL PERDE CZ\$ 36 MILHÕES EM SC

Os dois dias de paralização dos 2,1 mil mineiros da Carbonífera Prospera, de Criciúma, provocaram quebra de faturamento na ordem de CZ\$ 36 milhões. Ligada à Companhia Siderurgica Nacional, a Prospera se recusa a pagar os 145% acertados dia 02/02 entre o Sindicato Patronal. O fato é, que sendo a empresa uma estatal está subordinada à política do Conselho Interministerial de Salários das Estatais (Cise), que só autorizou o reajuste de 60,91%.

Enquanto persistir o impasse a greve continua afirmam os trabalhadores.

GREVE TERMINA COM 159 DEMITIDOS NA PERDIGÃO NO RS

Com a demissão sumária de 159 trabalhadores, a greve da Perdigão, de Marau/RS foi suspensa pelos trabalhadores no dia 17/02, cedendo à exigência patronal de só negociar mediante o retorno ao trabalho.

Os trabalhadores estão reivindicando uma antecipação salarial de 26,6%, antes de negociar o acordo coletivo, com data-base em abril.

Esta foi a primeira greve desde que a Perdigão se instalou em Marau.

PREFEITO DO PT ADERE A GREVE

Por falta de pagamento, os servidores municipais da prefeitura de Vila Velha no Espírito Santo entraram em

greve. O prefeito Magno Pires, que é do PT, e que foi eleito recentemente, não teve dúvida, e também entrou em greve.

A greve aconteceu durante o carnaval teve com objetivo forçar o governo estadual liberar verbas para a prefeitura poder cumprir com seus compromissos.

POLÍCIA INTERVEM NA GREVE DOS TRANSPORTES COLETIVOS EM VITÓRIA

Somente com a colocação de 600 policiais militares nas ruas e portas de garagens é que os ônibus voltaram a rodar em Vitória/ES.

Os trabalhadores reivindicam equiparação salarial com os trabalhadores do RJ, que ganham CZ\$ 24,567 mil, enquanto os patrões contrapõem CZ\$ 19,5 mil.

O presidente do sindicato dos Condutores avalia que com a desmobilização da greve, a categoria aceitará a proposta patronal.

JORNALISTAS DA BAHIA CONQUISTAM 15% DE PRODUTIVIDADE

A greve dos jornalistas dos diários Tribuna da Bahia, Jornal da Bahia e Correio da Bahia foi julgada legal no dia 10/02 pelo TRT baiano, que determinou o pagamento à categoria de 15% de produtividade aos salários de janeiro 88. Os trabalhadores que permaneceram em greve durante 8 dias, voltaram ao trabalho mesmo sendo este índice obtido irrisório.

SAÚDE EM PERNAMBUCO EM GREVE

Os servidores da área de Saúde de Pernambuco estão em greve por isonomia salarial. Os grevistas vão manter o esquema de atendimento de emergência tão somente.

CURTAS

DADOS DE QUEDA SALARIAL E DESEMPREGO

O setor formal da economia fechou o ano de 1987 com um saldo líquido de empregos de apenas 162.805 vagas, ante mais de um milhão de empregos criados em 1986 e de mais de 900 mil em 1985.

O desempenho negativo da indústria de transformação em 1987 fez com que se perdesse 151,6 mil empregos. Em 1986 o setor apresentou saldo positivo de mais de 540 mil vagas, e mais de 350 mil em 1985.

A queda do nível de emprego traz junto o rebaixamento de salários. Tal fato já parece nas simulações feitas pelo Ministério do Trabalho. Tomando como universo a indústria paulista, os salários médios reais decresceram 13% no ano passado com relação a 1986.

CUT LANÇA CARTAZ NO RS

A CUT, apoiada pelo movimento gaúcho pela Constituinte, entidades sindicais e grupos políticos, lançou no dia 19/02, em Porto Alegre, a Campanha contra os Constituintes do Centrão no RS.

São 40 mil cartazes com foto, nome e partido (o número do telefone particular dos parlamentares foi omitido) de doze constituintes que atuam contra os interesses do povo.

SINDICALISTAS PAULISTAS PROCESSADOS

Os sindicalistas considerados responsáveis pelos cartazes contra o Centrão, distribuídos em São Paulo, foram ouvidos na

Polícia Federal no dia 22/02. Acurados de constrangimento ilegal, Jorge Coelho, presidente da CUT Estadual, Adauto Bentivegna, presidente do Sindicato dos Bancários e Vicentinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo seriam indiciados em inquérito.

12 MILHÕES EM GREVE NO ANO DE 1987

O Departamento de Estudos Sócio-Econômico e Políticos da CUT-SP divulgou os números das greves ocorridas em 87. Das 1.052 greves, participaram 12.047 milhões de trabalhadores. O setor público foi onde as greves mais se concentraram. Houve 481 greves em estatais, Companhias de economia mista e autarquias que envolveram um número muito maior de pessoas (8.863.008) do que as 571 greves realizadas na iniciativa privada, durante 87, (3.184.407). Em 86 o número de greves foi maior (1.267) que em 87, mas o contingente atingido foi menor, 8.254.140 pessoas.

JUSTIÇA PATRONAL PROCESSA TRABALHADOR

Dois dos seis sindicalistas ligados à CUT e dirigentes da Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Minerais não Metálicos de Sergipe (Apemise) estão sendo processados pela Procuradoria GERAL da República por crime contra a organização do trabalho, em consequência da ocupação da indústria de potássio da Petrobrás Mineração durante os 29 dias da greve ocorrida em agosto de 1986.



NÃO SAIU NO JORNAL

DIRIGENTE SINDICAL ASSASSINADO

O companheiro José Dias de Matos, 60 anos, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaobim - Nordeste de Minas Gerais. O crime aconteceu numa emboscada no dia 04/01 de 88, quando José vinha de sua roça trazendo uma carga de mandioca em seu jegue. Ele recebeu um tiro de cartucheira no pescoço, que o matou imediatamente. O autor do crime, Alcides G. Barbosa, seguia ordens do fazendeiro Dejanairo Gil de Souza. O motivo do crime está ligado ao fato de José estar defendendo os direitos de um trabalhador ameaçado de demissão por um fazendeiro.

ENCONTRO NACIONAL DO SEM TERRA

Reestruturar e criar novos núcleos de base, comissões municipais e estaduais, além de multiplicar o número de lideranças e militantes e incentivar a participação de jovens e mulheres na luta pela terra foram algumas das decisões tomadas durante o IV Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) no interior de SP, entre os dias 25 e 29 de Janeiro de 88.

Na ocasião cerca de 200 lideranças de 20 Estados aproximadamente, mais cinco representantes de delegações da América Latina fizeram, também, uma avaliação interna do movimento e da política nacional.

A política do governo vai

de mal a pior. Não se moveu uma palha no sentido de viabilizar a reforma agrária. A violência no campo continua aumentando. Para se ter uma idéia, somente no ano de 1986 ocorreram 179 assassinatos no campo, no Brasil. Em 1987, a situação piorou e 190 trabalhadores foram assassinados em todo o País.



Entre as prioridades do movimento, estão o fortalecimento da aliança entre os operários e os movimentos sociais e a auto-sustentação dos assentamentos da terra. No que diz respeito às formas de luta e mobilização, as linhas prioritárias para 1988 são as ações massivas que deêm resultados econômicos, políticos, ideológicos e organizativos; participação efetiva nas eleições de 15 de novembro, elegendo o maior número possível de trabalhadores; participação ativa na mobilização nacional dos rurais; pressões locais, paralização, ocupações de prefeituras, bloqueio de estradas e ocupações de órgãos públicos; e ocupações de latifúndios produtivos e improdutivos acima de 500 hectares.

MOVIMENTO NEGRO CONTESTA ABOLIÇÃO

O Movimento Negro Unificado divulgou no início deste mês um manifesto nacional mostrando qual é a situação dos negros brasileiros neste ano que se comemora o "Centenário da Abolição".

Para o pessoal do MNU este ano deve ser marcado por denúncias contra o

RACISMO. Nestes 100 anos de abolição pouca coisa mudou para os negros. A maioria negra habilita as regiões mais pobres e insalubres do país. 77% estão na Região Norte, 73% no Nordeste, 50% no Centro-Oeste, 32% na Sudeste e 15% no Sul.

O MNU chama toda a população a refletir sobre a real situação do negro, denunciá-la e criar novas formas para combater o RACISMO E A EXPLORAÇÃO

BISPO DENÚNCIA MORTE DE LAVRADOR

A CNBB divulgou nota do bispo de Bacabal (Maranhão), dom Pascásio Rettler, na qual denuncia que o lavrador Trazibe Teixeira Conceição foi assassinado e outros 30 tiveram suas casas incendiadas na localidade de Aldeia.

Segundo o bispo, dois carros blindados, um bege e outro azul, entraram dando tiros sem parar e jogando tochas de fogo na cidade.

O fazendeiro Ananias Vieira Lins é o responsável pela chacina, pois pretende destruir o povoado para ampliar suas terras. Em 22 de janeiro último foi assassinado a mando do mesmo fazendeiro o lavrador, Manoel Tintino. As autoridades até agora não tomaram nenhuma providência.

CONTRA A VIOLÊNCIA AOS TRABALHADORES RURAIS DE MOJU/PA

Recebemos carta da Diocese de Abaetetuba-PA, destinada ao Governador Hélio Gueiros cobrando providências para a situação de conflito que vive a cidade de Moju/PA.

Como já denunciemos em vários números passados da "Quinzena", os conflitos de terra nesta cidade tem tomada grandes proporções. Mortes de trabalhadores rurais, torturas, ameaças, invasão da cidade etc. A carta também foi enviada para a imprensa e demais autoridades.

Senhor - 22.02.88

A URP agoniza

Proliferam no governo e na Fiesp estudos para alterar a política salarial

Sandra Balbi

A política salarial está novamente sob fogo cerrado. Nas últimas semanas, um tiroteio verbal começou a ser trocado entre empresários, trabalhadores e governo, através dos jornais, tendo como alvo a Unidade de Referência de Preços (URP), que desde setembro vem dando a medida dos reajustes salariais. Os trabalhadores, que vêm acumulando perdas reais em seus salários (só nos dois primeiros meses do ano a inflação deve bater nos 36%, enquanto os reajustes nominais de salários não passam de 19%), querem trocar a URP por alguma fórmula capaz de repor seu poder aquisitivo. O governo e setores do empresariado já estão assustados com a possibilidade de a URP subir de patamar a partir de março e passar dos 9,19% para 15%, hipótese em que se elevaria a inflação para o nível dos 20%, até mesmo pelo simples fato de que detonaria uma nova safra de remarcações preventivas - apesar de a demanda estar baixíssima.

Até agora, os assalariados perderam muito. Com a inflação ascendente, a URP esteve sempre atrasada (foi de 4,6% entre setembro e novembro e de 9,19% de dezembro a fevereiro). Tanto é que, cientes disso, os empresários aceitaram fazer acordos que, por ocasião das data-base sindicais, reproduziam pelo menos a inflação oficial, no prazo de um ano. A mudança de patamar, porém, os assusta e não foram poucas as notícias de jornais atribuindo, inclusive à Fiesp, o desejo de substituí-la já. Falando a *Senhor*, Mário Amato, o presidente da Fiesp, negou esta pretensão. "Os empresários respeitam a lei e, enquanto não mudar a política salarial, continuarão corrigindo salários através da URP." Mas, por via das dúvidas, Amato já designou uma comissão, comandada pelo diretor do Departamento Jurídico da Federação, Daniel Sahagoff, para preparar, em 60 dias, um minucioso estudo da questão salarial, na busca de alternativas para a atual política de reajuste.

Se não advoga formalmente o fim da URP, a Fiesp está de olho no segundo trimestre, quando a perspectiva de

Os salários sob pressão

Se for mantida a URP, os salários terão ganhos reais a partir de junho, mas só se a inflação cair.

Mês	Inflação Decrescente			Inflação Estável			Inflação Crescente			
	Inflação %	URP (%)	Sal. Real	Inflação %	URP (%)	Sal. Real	Inflação %	URP (%)	Sal. Real	
Jan.88			100,00			100,00			100,00	
Fev.	17,50	9,19(*)	92,93	17,50	9,19(*)	92,93	17,50	9,19 (*)	92,93	
Mar.	16,00	16,04	92,96	15,00	16,04	93,77	18,00	16,04	91,38	
Abr.	14,00	16,04	94,92	15,00	16,04	94,62	18,50	16,04	89,49	
Mai.	12,00	16,04	98,04	15,00	16,04	95,47	19,00	16,04	87,26	
Jun.	11,00	14,00	100,69	15,00	15,00	95,47	19,50	18,50	86,53	
Jul.	10,00	14,00	104,35	15,00	15,00	95,47	20,00	18,50	85,45	
Ago.	9,00	14,00	109,13	15,00	15,00	95,47	20,50	18,50	84,03	
Set.	8,00	10,00	111,15	15,00	15,00	95,47	21,00	20,00	83,34	
Out.	7,00	10,00	114,27	15,00	15,00	95,47	21,50	20,00	82,31	
Nov.	6,00	10,00	115,58	15,00	15,00	95,47	22,00	20,00	80,96	
Dez.	5,00	7,00	120,84	15,00	15,00	95,47	22,50	21,50	80,30	
Salário Real Médio do ano			104,82				95,42	87,00		

queda da inflação poderá introduzir reajustes salariais mensais em percentuais superiores aos índices de preços - aí, que ninguém se iluda: a URP não resistirá mesmo, diante das pressões. Por enquanto, para fevereiro, a previsão é de que o índice oficial do IBGE fique em 17,5%, superior aos 16,5% de janeiro. Mas há muita confusão nessa área. Independente da credibilidade que a política do arroz-com-feijão - e as promessas do ministro Mailson da Nóbrega - possam ter junto à sociedade, o fato é que a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da Universidade de São Paulo (Fipe-USP), registrou na primeira semana de fevereiro uma tendência de queda da inflação. O Índice do Custo de Vida na cidade de São Paulo, pesquisado pela Fipe, apesar de restringir-se a um universo menor que o do IPC do IBGE, que é o índice oficial do governo, não tem fugido muito aos números apurados no resto do País. A atual divergência sobre a tendência inflacionária surpreendeu o economista Juarez Rizzieri, responsável pela pesquisa da Fipe. "A tendência ascendente, apontada nas previsões atribuídas ao IBGE, não deveria ocorrer, pois há de fato uma desaceleração no ritmo da inflação, ao menos em janeiro e fevereiro", diz ele.

Pelo sim, pelo não, tanto o pessoal da Fazenda como o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, já estudam alternativas à URP, para serem implementadas a partir de junho. A tendência, comenta-se no ministério, seria a adoção de reajustes, não mais mensais, mas trimestrais, pela URP. Uma simulação produzida,

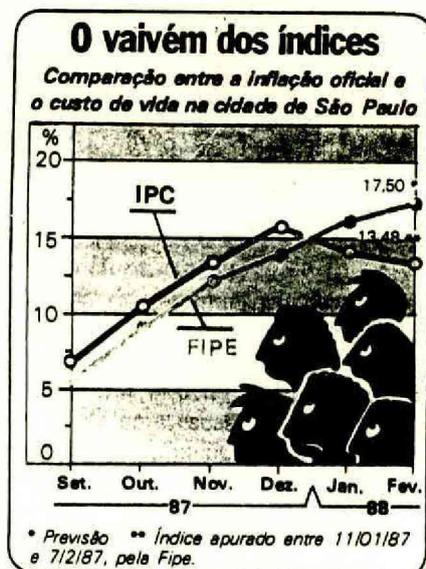
para *Senhor*, pelo economista José Dutra Vieira Sobrinho mostra claramente do que têm medo empresários e governo. Num quadro de inflação declinante, se a URP for mantida, os assalariados recomporiam seu poder de compra até junho, voltando aos níveis de janeiro. Mantida a tendência de queda, até o final do ano, de junho a dezembro, os trabalhadores teriam, com a URP, ganhos reais de salário fechando o ano com 20% a mais do que recebiam em janeiro. Dutra mostra ainda, que acontecerá o contrário se a inflação continuar subindo ou estabilizar-se no patamar dos 15% - o que é pouco provável.

Na opinião de Dutra, a alternativa de reajustes trimestrais também não é vantajosa para os trabalhadores. Se os reajustes estivessem sendo trimestrais desde janeiro, na hipótese de inflação decrescente aventada por ele (quedas de dois pontos percentuais em março, abril e maio, e um ponto percentual ao mês até dezembro), um salário de Cz\$ 100 mil em janeiro valeria (em termos reais) Cz\$ 97,8 mil em dezembro. Mas, ao longo do ano, o salário médio real seria de Cz\$ 94,7 mil. Os reajustes trimestrais seriam naturalmente mais prejudiciais ao trabalhador nas hipóteses de inflação estabilizada no patamar dos 15% ou de inflação crescente. No primeiro caso, quem ganhava Cz\$ 100 mil em janeiro estaria recebendo Cz\$ 76,6 mil em dezembro, com um salário médio real de Cz\$ 88,1 mil no ano, caso tivesse reajustes trimestrais. Na segunda hipótese - inflação em alta -, os Cz\$ 100 mil de janeiro valeriam Cz\$ 64 mil em dezembro, e o salário médio real, nos 12 meses, seria de

Cz\$ 82,5 mil.

Para complicar, descobriu-se agora, já com um mês de atraso, que o IPC oficial, criado pelo ex-ministro Bresser Pereira (e calculado no período de 15 de um mês a 15 de outro), produziu resultados bem diferentes do INPC (o índice oficial anterior, calculado entre 1º e 30 de cada mês). Em 1987, isto significou 365% para o IPC e 395% para o INPC, com diferença, portanto, de 30 pontos percentuais, a dano dos salários e demais correções baseadas no índice oficial. A divulgação da diferença dos dois índices só fez botar mais lenha na fogueira de discussão salarial. A CUT, que já programa uma campanha nacional para reposição das perdas salariais, diz que, "nesta conjuntura, pensar em acabar com a URP e impor reajustes trimestrais é de uma insensibilidade política a toda prova", segundo Gilmar Carneiro, diretor da Central em São Paulo. Opinião semelhante tem o presidente do Sindicato das Indústrias de Papel e Papelão do Estado de São Paulo, Roberto Nicolau Jeha. "O fim da URP seria uma brutalidade, acabaria com o pouco consumo que restou aos assalariados." Também diretor da Fiesp, o Jeha não acredita que o novo patamar de 15% dos reajustes salariais puxe a inflação. "O que faz a inflação crescer é o déficit público, especialmente seu componente financeiro", diz ele. Do contrário, como explicar que mesmo com arrocho salarial, a inflação cresceu?

A pressão sobre os salários, nos últimos meses, tem sido tão grande que nos setores mais fortes da economia, desde dezembro, algumas empresas começaram a conceder antecipações salariais, tentando romper o clima de insatisfação entre seus empregados. É o caso, por exemplo da Autolatina (holding da Volkswagen, Ford), Mer-



cedes, Scania e Perkins, todas da região do ABC paulista. A Autolatina, em dezembro, concedeu 12,11% de reajuste (para uma inflação de 12,8% em novembro e uma URP de 9,19%). Em janeiro deu mais 14,14%, exatamente no nível da inflação do mês anterior. A Mercedes, a Perkins e a Scania deram 15% de antecipação em janeiro, acima da URP.

Ao romperem com a política salarial, as montadoras abriram caminho para a assinatura de um acordo entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, a Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo e a Fiesp, que resultou numa antecipação de 15% para todos os metalúrgicos do ABC e os do Interior do Estado. É verdade que a diferença entre o índice oficial e os aumentos concedidos serão descontados em abril, quando os metalúrgicos do ABC têm sua data-base. A campanha salarial já começou e os dirigentes do sindicato pretendem, este ano, firmar um contrato coletivo de trabalho em vez de simples acordo.

A figura jurídica do contrato cole-

tivo de trabalho foi inspirada no modelo europeu de negociação trabalhista, particularmente na experiência italiana. Pelo contrato, algumas questões relativas às condições de trabalho, jornada semanal etc., já conquistadas reiteradas vezes pelos sindicatos, ficariam acertadas por tempo indeterminado, não voltando à mesa de negociações todos os anos. Vicente Paulo da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, pretende vender a ideia também para os metalúrgicos paulistanos, vinculados à CGT, unificando toda a categoria em torno de uma data-base única.

A ideia da unificação vem sendo acalentada pela CUT desde sua fundação, e extrapola o nível estadual. A partir de segunda-feira, dia 22, a executiva nacional desta Central estará reunida em Brasília, traçando os rumos de uma campanha nacional pela reposição das perdas salariais e analisando a possibilidade de uma data-base nacional para todas as categorias negociarem questões salariais. Toda esta articulação e a discussão do contrato coletivo nacional, ou acordo nacional, relançam a ideia da "negociação" num momento particularmente difícil para a economia. Ninguém fala em "pacto social", expressão desgastada pela repetição do uso. A CUT gostaria de embutir nessa "negociação coletiva nacional" teses não apenas trabalhistas, mas ligadas também à inflação ou dívida externa. Mesmo que não seja exatamente nesses termos, os empresários também topam conversar. Só fazem uma ressalva: primeiro é preciso definir a questão da estabilidade na Constituinte. "Espero que isto ocorra já nesta semana, sem mais atrasos", diz Mário Amato, da Fiesp. "Depois pode vir o resto."

Cenários - Fev./88

No Primeiro Bimestre, Queda Real de 10% Nos Salários

Em janeiro e fevereiro, os reajustes mensais dos salários — com base na variação da Unidade de Referência dos Preços (URP) — não estão sendo capazes de impedir a ocorrência de novas, e grandes, perdas reais. A maior parte dos assalariados já se beneficiou, no final do ano passado, da antecipação do pagamento do

resíduo deixado pelo mecanismo do gatilho. Os aumentos nominais estão sendo feitos, em sua maioria, apenas pelos 9,19% que correspondem à média geométrica da variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) no período setembro-novembro de 1987. Como a inflação vem correndo numa faixa bem superior — 16,51% em janeiro e al-

go em torno de 17% em fevereiro — é fácil avaliar a intensidade das perdas sofridas nestes dois meses.

URP fixa novo patamar de inflação a partir de março

Os reajustes nominais dos salários, neste bimestre, acumulam uma va-

riação de 19,2%. A inflação, porém, deverá atingir os 36%. A perda real, portanto, seria de 14%. Dois fatores contribuem para a redução dessa diferença, que deverá ficar na casa dos 10%. Em primeiro lugar, a obtenção de alguns ganhos reais por parte de categorias que têm sua data-base nesse período. Em segundo lugar, o pagamento de parcelas do resíduo nos casos em que não houve antecipação.

A partir de março, as perdas reais tenderiam a ser bem menos expressivas. A inflação média de dezembro, janeiro e fevereiro vai ficar ao redor de 15,8%.

Esta passaria a ser a taxa básica para os reajustes salariais em março, abril e maio, quando provavelmente a inflação estará na casa dos 18% ou, na pior das hipóteses, 20%.

É claro, portanto, que a política salarial implantada pelo plano Bresser não representa — salvo na hipótese improvável de queda prolongada da inflação — qualquer ameaça de explosão da demanda interna.

Ainda assim, ela tem dois sérios inconvenientes. De um lado, os reajustes mensais dos salários acabam funcionando como um patamar básico para a inflação, dada a impossibilidade de quebrar a espiral preços-salários. A começar, aliás, pelo câmbio, que não pode ter uma desvalorização oficial abaixo da correção dos salários para não comprometer o poder de competição dos produtos brasileiros.

De outro lado, a política de reajustes mensais tem um efeito extremamente nocivo nas contas do setor público. Os preços e tarifas dos bens e serviços fornecidos por empresas estatais teriam que acompanhar os reajustes, engordando as taxas de inflação. E as despesas com pessoal da administração direta também aumentam mensalmente — independente do comportamento da receita tributária — pressionando fortemente o déficit público.

Dai o empenho do governo em desmontar esse mecanismo, no menor prazo possível. Qualquer que seja o critério que venha a substituir a URP, é claro que ele deverá impor perdas ainda maiores nos salários. É claro, também, que os funcionários públicos e os empregados das empresas estatais deverão ficar em situação pior do que os assalariados da iniciativa privada, onde a margem de negociação — ao menos nas datas-base de cada categoria — é sempre mais ampla.

As perspectivas de recuperação da demanda interna, que já eram muito fracas, tornam-se ainda mais sombrias no caso da eliminação dos reajustes mensais. A perda real dos salários soma-se o aumento do desemprego — que é sazonalmente elevado, no primeiro trimestre de cada ano — resultando num encolhimento da massa salarial.

Desemprego aumenta e provoca queda na demanda interna

A recuperação temporária dos índices de emprego e de salário real no final do ano passado (veja tabela na página 35) não foi suficiente para estimular as vendas do comércio. O expressivo aumento dos depósitos em cadernetas de poupança, em dezembro, está associado às inseguranças que rondam o mercado de trabalho.

É sintomático, aliás, que a pesquisa realizada na Grande São Paulo pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) tenha apurado uma queda de 138 mil pessoas na população economicamente ativa (PEA) só no último trimestre do ano passado. Essa redução foi atribuída ao desalento e à falta de perspectivas, o que leva muitos desempregados a abandonar o mercado de trabalho.

Em dezembro, segundo essa pes-

quisa, havia 659 mil desempregados na Grande São Paulo — 18,7% a mais do que no final de 1986 — e a taxa de desemprego era de 8,6%.

Contudo, se as pessoas que abandonaram a procura de emprego tivessem continuado no mercado, o número de desempregados iria a 797 mil, a PEA estaria no nível de setembro e a taxa de desemprego seria de 10,2%.

Novas demissões na indústria e no comércio

A curto prazo, a perspectiva é de aumento do desemprego. A indústria — que só na Grande São Paulo teria demitido 213 mil empregados, segundo a pesquisa Seade/Dieese — sempre reduz o contingente de mão-de-obra no primeiro trimestre de cada ano. No comércio, a queda também é acentuada. Ainda não há dados disponíveis, mas o mais provável é que o número de desempregados aumente consideravelmente até março. Como os salários reais estarão em queda, a massa salarial — que em novembro do ano passado acusava uma contração real de 32,4% em comparação com novembro de 1986 — não vai se recompor nos próximos meses.

A única possibilidade de melhoria está na ativação do setor de construção civil — tanto obras públicas como construção imobiliária. No final do ano passado já se notava uma pequena recuperação do emprego nesse setor. Essa tendência deverá ser reforçada, daqui para a frente, devido ao aumento dos gastos públicos associado à realização de eleições para as prefeituras, em novembro, e à reabertura dos financiamentos para a casa própria. Mas, em compensação, as construções industriais continuarão estagnadas, devido à virtual paralisação dos investimentos do setor produtivo.

Salários, inflação e lucros

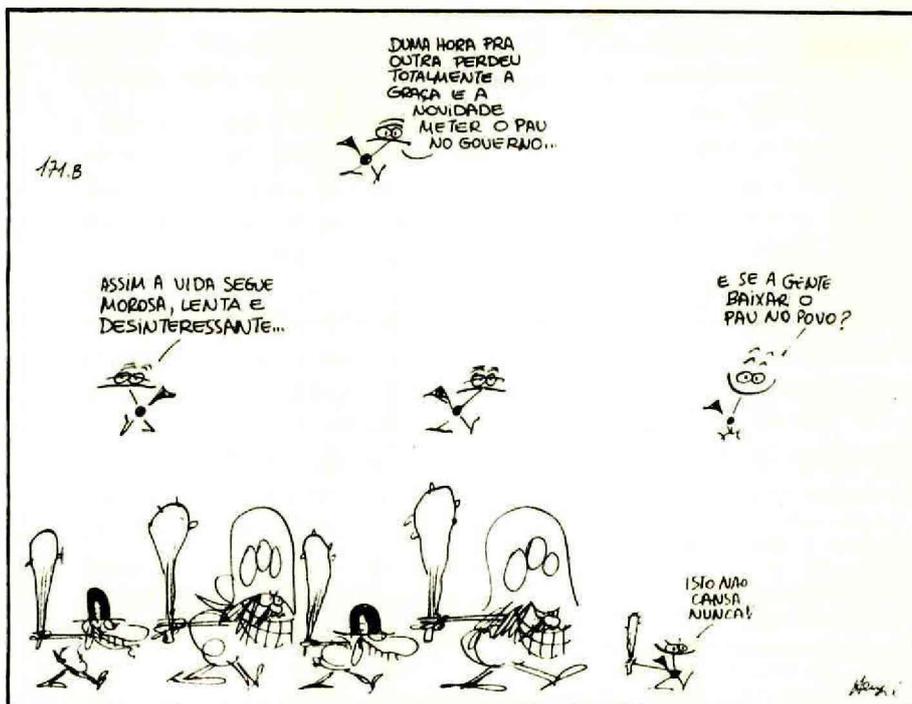
Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

O empresariado brasileiro parece estar disposto a conceder reajustes salariais acima da URP. As declarações de vários líderes da indústria apontam no sentido da necessidade de recompor os salários reais perdidos ao longo de 1987 para com isto evitar que o mercado interno torne-se ainda mais desaquecido.

O que chama a atenção nesta aparentemente louvável atitude da classe produtora é que não se toca no ponto realmente importante da questão. Os aumentos salariais serão repassados aos preços, ou estariam os empresários preparados para reduzir suas margens de lucro por unidade vendida na expectativa de que o aquecimento na demanda acabará resultando em lucros mais altos pelo aproveitamento de economias de escala e de capacidade ociosa? A verdadeira questão é esta, pois qualquer acordo que implique apenas elevação de salários nominais em nada ajudará no fortalecimento da demanda interna.

Cabe apontar que os aumentos de salários por conta da inflação passada não se mostraram capazes de proteger o poder de compra do assalariado. Pelo contrário, a experiência de 1987 mostrou que a maior indexação salarial apenas corroeu ainda mais os salários reais, ao mesmo tempo em que levou a economia à beira de um processo hiperinflacionário —risco que se está novamente correndo—. De certa forma, fica a impressão de que o raciocínio que está por trás desta disposição do empresariado em conceder aumentos salariais é o de que os aumentos que os empresários concedem a seus trabalhadores rapidamente revertem em maiores lucros pela exacerbação inflacionária.

O mecanismo é o seguinte: os aumentos de salários acabam se transformando em justificativa para que os preços sejam majorados na mesma proporção. Os setores mais concentrados, com maior poder de mercado, usam a desculpa do aumento dos salários para aumentar seus preços a taxas mais elevada do



que a justificada pelo acréscimo na folha de salários. Com isto, conseguem aumentar suas margens de lucro. Na medida em que não encontram uma intransponível limitação de mercado, este estratagemma vem se tornando uma eficiente forma de aumentar lucros. Em compensação, os setores mais competitivos da economia, incapazes de repassar seus aumentos salariais para os preços, são obrigados a reduzir suas atividades fazendo o ajuste pelo acréscimo das taxas de desemprego.

É por isto que a indexação salarial, de forma tão acentuada como a que vem sendo praticada, acaba se transformando num eficiente mecanismo de arrocho salarial, de aumento de desemprego, de desaquecimento da demanda, e de aumento dos lucros; estes últimos, porém, acabam sendo totalmente transferidos para os circuitos financeiros, não se transformando em investi-

mentos, e em expansão da capacidade produtiva da economia.

A superação deste impasse exigirá maior liberdade nos acordos trabalhistas. O governo deve garantir uma compensação obrigatória pela inflação em intervalos fixos. Isto, apenas para dar um mínimo de garantia para os trabalhadores em setores onde tenham pouco poder de barganha. Nos demais, a regra deve ser a ausência de regras. Nos setores em que os acordos entre trabalhadores e empregadores implicarem aumentos de salários reais, que estes sejam concedidos na medida do potencial econômico destes setores, e da capacidade de negociação de seus trabalhadores. Qualquer que seja o resultado destas negociações, contudo, os empresários não terão a obrigatoriedade de reajustes salariais mensais como justificativa para aumentos de preços.

Folha de São Paulo - 21.01.88

Ricos sacodem a poeira e dão a volta por cima

Joelmir Beting

As boas notícias da economia em transe estão lá fora: o mundo não vai acabar em 88. Os "profetas da catástrofe", lotados em Wall Street, devem morrer afogados na própria paranóia da bolsa de Nova York, com seu ajuste de choque.

Enquanto o socialismo investe na extroversão econômica e faz da Europa Oriental uma nova fronteira de comércio, tecnologia e capital (na pista da China Comunista), o capitalismo opulento enterra mais uma leva de coveiros frustrados e exhibe

indicadores teimosamente assépticos.

Nos Estados Unidos, mastro do pano-de-circo da economia mundial, o vaticínio da recessão patogênica entrega o bastão a um prognóstico de 2,4% para o PIB, que cravou 3,4% no ano passado. Para o tamanho do gigante, expansão de 2,4% corresponde a um crescimento real, da linha salutar. Estraga, se melhorar. Tanto mais, porque patrocina por uma inflação bem comportada, na faixa dos 3,5% ao ano, com redução

projetada do déficit público.

Parceria forte

Na Europa Ocidental, a Comunidade Econômica Europeia divulga as projeções de 88 sem qualquer sinal de recessão. Nos 12 países do bloco, segunda potência econômica do mundo, o PIB vai de 1,9%, acima do crescimento da população, que se contenta com 1,1%. A inflação fica nos 2,5%.

No Japão dos "zaikai" espartanos,



a economia paga tributo ao próprio sucesso. A ordem é esterilizar o arrogante superavit comercial, ampliar os investimentos fora de casa e catequisar o povo poupador para o consumo interno. De preferência, com uma volta ao mundo, com a família, nas férias de 15 dias, que ninguém tira... Em abril, as empresas japonesas vão tentar reduzir a carga semanal para 44 horas. Os trabalhadores não querem.

O Japão fica do outro lado do mundo, de cabeça para baixo. E não por acaso.

O desequilíbrio

O ajuste da prosperidade dos ricos, que se enriqueceram nos últimos sete anos a partir do empobrecimento dos pobres, acontece sob a pesada massa dos cumulus da dívida externa do Terceiro Mundo e dos nimbus da assimetria cambial do bloco industrializado.

O chamado Grupo dos Sete (Estados Unidos, Alemanha Ocidental, França, Inglaterra, Itália, Canadá e Japão) espera restabelecer um mínimo de disciplina monetária ainda este ano. O foco de desestabilização

está no déficit comercial dos Estados Unidos.

Como espalhar um déficit de US\$ 150 bilhões pela parceria comercial do planeta? Ele estaria matematicamente encaixado no superavit do Japão (US\$ 80 bilhões) e da Alemanha (US\$ 70 bilhões). São duas economias que fazem da exportação um projeto nacional da linha objetivo de guerra.

A luz no túnel

Na administração do desequilíbrio, o Grupo dos Sete chegou a um primeiro consenso: não é o desequilíbrio comercial que provoca o desarranjo cambial, é o desarranjo cambial que provoca o desequilíbrio comercial. Um bom começo para um futuro ajuste monetário, tarefa para a qual o FMI foi inventado, mas da qual se viu precocemente aposentado.

O antigo xerife das moedas dos países ricos virou carcereiro das dívidas dos países pobres.

O mata-burros

A restauração de alguma coisa parecida com sistema monetário internacional é um projeto político de grande efeito econômico: sem um grau mínimo de disciplina cambial, o comércio mundial (e as economias nacionais) continuará sobrevivendo em regime de sobressalto, fazendo do planejamento econômico de médio ou longo prazo uma obra de ficção. Não se programa a vida de uma nação a partir dos esgares espasmódicos da especulação sem bandeira/com moedas, que faz o contraponto da especulação sem fronteira/com ações, com juros, com mercadorias.

O diabo é que esse arranjo, sonhado desde a crise da libra nos anos 60, terá de passar pelo cadáver da onipotência do dólar americano. Moeda universal de comércio e de reserva, o dólar é manipulado por um poder nacional isolado, o salão oval da Casa Branca. E quem desfruta do poder de emitir essa moeda de intervenção na vida do mundo não abdica desse poder nem a tiros de megatons.

Tempos Novos - Jan-Fev/88

Programa Carajás Mais cinco projetos serão implantados no Maranhão

No dia 16 de dezembro de 1988, o Programa Grande Carajás, aprovou mais cinco projetos agropecuários e industriais para o Maranhão: dois de ferro-gusa (Açailândia e Santa Inês), um para produção de enxofre e carbonato de cálcio (Codó), um de energização rural (Polo Santa Inês) e um agropecuário (Turiaçu).

As duas usinas de ferro-gusa pretendem produzir 434 mil toneladas por ano. A Usina ITAMINAS (Açailândia) diz que vai gerar oito mil empregos diretos e indiretos (na usina e na produção de carvão). A Usina SIDERÚRGICA SANTA INÊS (Santa Inês) deverá gerar 477 empregos diretos (só na usina), fora os empregos na produção de carvão.

Essas usinas de ferro-gusa são consideradas altamente poluidoras do meio ambiente: lançam seus detritos no rios e as fuligens no ar,

além de fomentarem o desmatamento da região para produção de carvão, o que levará os lavradores a perder suas terras, transformando-se em peão, boia-fria ou em carvoeiro. Com essas duas, já devem chegar a uma dezena de usina de ferro-gusa que estão sendo instaladas em Açailândia, Santa Inês e Santa Luzia, fora outras que estão com seus projetos em estudo na Secretaria Executiva do programa Grande Carajás.

Outro projeto aprovado, muito polêmico, é o da Agropecuária Ceres S.A. (CIMCOP), no município de Turiaçu, próximo de Santa Helena. Teve o voto favorável do Ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, mesmo sendo uma área de conflito. Essa empresa já despejou mais de 300 famílias que lá viviam e trabalhavam em uma área de 17.500 hectares. Lá já foram mortos vários lavradores. A Agropecuária Ceres tem o apoio da família Sarney. É de um grupo mi-

neiro e o secretário particular do Presidente Sarney, Jorge Murad, já foi acionista dela. Só deixou para despistar que não mais apoiava.

Somente em 1986, depois de muita luta, sangue e denúncia, é que foi assinado o decreto de desapropriação de apenas 7.600 hectares. Não agradou os lavradores. Mas a Ceres quer mais: está pressionando o MIRAD para ficar com mais 3.600 hectares e os lavradores ficarem com 4.000 hectares. O Sindicato de Turiaçu encaminhou protesto de 232 trabalhadores rurais ao então Ministro Marcos Freire do MIRAD. Por conta disso, Marcos Freire vinha impedindo a aprovação desse projeto da Ceres. Mas agora, com Jader Barbalho, não só foi aprovado o projeto agropecuário, como deverá ganhar mais 3.600 hectares. Só que o MIRAD, o CARAJÁS e a CERES pensam que os trabalhadores vão aceitar mais essa anti-reforma agrária do Governo Sarney. Haverá muita luta...

OS NOVOS PROJETOS

Município	Empresa	Espécie de Projeto	Produção	Geração de Emprego
AÇAILÂNDIA	ITAMINAS SIDERÚRGICA CARAJÁS LTDA	Usina de Ferro-Gusa	350 mil toneladas p/ ano	8.000 empregos (diretos e indiretos)*
SANTA INÊS	EMPRESA SIDERÚRGICA SANTA INÊS LTDA.	Usina de Ferro-Gusa	84 mil toneladas p/ ano	477 empregos (diretos)
CODÓ	NATRON, CONSULTORIA E PROJETOS S.A.	Usina de Demonstração Tecnológica para a Produção de Enxofre e Carbonato de Cálcio	9.470 toneladas de enxofre 30.000 toneladas de carbonato de enxofre	
SANTA INÊS	ESTADO DO MARANHÃO (CEMAR)	Energização Rural do Pólo de Santa Inês		
TURIAÇU	COMPANHIA MINEIRA DE CONST. E PAVIMENTAÇÃO (CIMCOP) AGROPECUÁRIA CERES S.A.	Empreendimento Agropecuário		

Relatório Reservado - 28.02.88

Sarney irrita militares com o seu *decretão*

Altamir Tojal

A já debilitada imagem do governo Sarney junto às Forças Armadas pode estar sendo ainda mais desgastada em razão das recentes medidas de contenção dos gastos com pessoal civil do governo federal. Pelo menos junto à alta oficialidade da Marinha há manifestações de perplexidade quanto aos dispositivos do Decreto 95.682, de 28 de janeiro, e à forma como vem sendo apresentado pelo próprio governo à sociedade.

As críticas são de duas ordens: em primeiro lugar, considera-se que "o governo atribui falsamente às despesas com o funcionalismo a maior responsabilidade pelo déficit público, enquanto suas verdadeiras causas - como os subsídios e a cobertura de *rombos* financeiros nas áreas pública e privada - não são efetivamente atacadas".

Hipocrisia. A outra crítica é ao conteúdo nocivo e demagógico do decreto. Ele prejudica os segmentos sérios e leais da administração, ao vedar a admissão e a promoção de pessoal técnico necessário para a realização dos serviços públicos. Mas preserva das restrições (artigo 10) exatamente os vícios e abusos, "com a excepcionalidade dada às funções de direção e assessoramento, em que predominam os *marajás* e protegidos do poder".

Em síntese, essas medidas são interpretadas essencialmente como "uma satisfação à ideologia anti-Estado, patrocinada hipocritamente por lideranças empresariais, que na verdade nunca dispensam a concessão de benesses governamentais". Essas expressões, generalizáveis, são de importante oficial das Forças Armadas ouvido pelo **Rela-**

tório Reservado em Brasília. Ele cita especificamente os "agricultores da UDR, que proclamam a livre iniciativa, mas reclamam juros subsidiados e sustentação de preços mínimos".

A comparação feita pelo ministro da Fazenda, Mallson da Nóbrega, da despesa de pessoal com a receita fiscal (que atingiu 60% em 1987), também é asperamente criticada. Como o governo gasta mais do que arrecada, o militar considera que a comparação mais honesta deve ser com as despesas globais, nas quais se incluem o ônus da prática de tarifas e preços públicos artificialmente baixos, privilegiando determinados segmentos empresariais, e a cobertura de falcatruas, como as praticadas na área de transporte marítimo (caso Sunaman) e em grupos financeiros. Questiona, também, a realização de obras caras e prescindíveis para atender fundamentalmente aos interesses das grandes empreiteiras, a exemplo da Ferrovia Norte-Sul.

Angústia. Setores militares que operam com funcionalismo civil na execução de programas estratégicos sentem-se particularmente prejudicados pelo Decreto 95.682. Por serem leais e disciplinados, terão de cumprir as normas com sacrifícios para seus projetos, enquanto continuam a testemunhar a corrupção, o assalto aos cofres públicos, com as transferências injustificáveis de recursos a alguns segmentos empresariais, e, ainda, a preservação dos privilégios no âmbito dos cargos de confiança e em comissão do governo.

Nas palavras de um oficial, "essa situação faz crescer junto aos militares as dúvidas quanto à governabilidade do país pelos atuais detentores do poder e já angustia até mesmo alguns comandos".

Senhor - 15.02.88

Graça recebida

Perto de 50 constituintes estiveram, no fim da manhã da quarta-feira, 10, na sede da CNBB, em Brasília, para manifestar solidariedade à nota na qual os bispos brasileiros se posicionaram sobre a conjuntura política do País, 15 dias atrás (*Senhor* nº 359). Foi uma manifestação espontânea e expressiva pela presença numérica, pois, nesse mesmo dia, desenvolviam-se, na Constituinte, trabalhosas negociações em torno do direito de propriedade. Não obstante, os parlamentares encontraram tempo para o encontro com os bispos, o qual logo se transformou numa rápida solenidade, com vários oradores comentando, durante hora e meia, os recentes desencontros da Igreja com o governo Sarney.

Ao final das discussões, Dom Luciano Mendes de Almeida, o presidente da CNBB, aproveitou para explicar o sentido da intervenção dos bispos brasileiros na cena política. O pronunciamento fora feito, basicamente, como uma forma de extravasar "o clamor do povo", ouvido pelos religiosos em todo o País. Diante da expectativa "de grandes decisões na Constituinte", a CNBB preocupou-se em colocar no papel "as metas sociais" que hoje constituem aspirações nacionais - esclareceu Dom Luciano.

O presidente da CNBB também analisou as repercussões da nota a partir da reação que ela provocou no presidente Sarney devido ao trecho onde constatava a "corrupção impune" denunciada em todo o País e atribuída à responsabilidade do governo. Esse trecho da nota - acentuou Dom Luciano - não era absolutamente a sua essência. A corrupção só é importante na medida em que impede a promoção das metas sociais. Foi citada na nota, portanto, "apenas como um ponto introdutório". Assim, ele só podia lamentar que o noticiário recente insistisse na divulgação de "aspectos pessoais e circunstanciais" de seu encontro com o presidente Sarney há dez dias, esquecendo o que realmente importa: a expectativa popular pelas reformas sociais.

Exemplificando os temas que mais preocupam a Igreja no momento, Dom Luciano citou o caso da propriedade, que estava em discussão naquele dia. "Os que mais defendem o direito de propriedade deveriam, por coerência, defender com mais vigor a dignidade da pessoa humana, da qual o direito à propriedade é um corolário", acentuou Dom Luciano. Ele também citou a necessidade de um texto constitucional que atenda às angústias e misérias do povo marginalizado, dos índios e dos sem-terra, frisando, ainda uma vez, a urgência da reforma agrária. E encerrou seu pequeno discurso manifestando confiança nos constituintes: a comissão da CNBB encarregada de acompanhar os trabalhos da Assembléia tem verificado, destacou, a excelência das propostas de muitos dos constituintes que ali se faziam presentes.

Dom Luciano nada mais disse, mas nem seria necessário. Todos compreenderam que a CNBB resolveria meter sua colher no caldeirão político movida pelo desejo de que o texto constitucional venha a refletir, realmente, a necessidade e a premência das reformas sociais. A votação decisiva começaria justamente naqueles dias em que foi divulgada a nota.

E o noticiário dos jornais não dava a entender que a voz do povo estivesse sendo ouvida pelos constituintes. Pelo contrário, só se falava, preferencialmente, da discussão sobre o mandato do presidente da República, que os bispos consideraram secundária.

A preocupação da CNBB justificava-se ainda mais - segundo confiavam fontes acreditadas - pelo fato de que, naquele momento, o "centrão" estava assumindo uma posição de domínio nas cotações da Constituinte. Desde o início, os bispos identificaram o grupo como irremediavelmente conservador e, portanto, adversário das aspirações de mudança da sociedade. Se esse grupo mantinha vantagem nas votações, como tudo parecia indicar, seria preciso ajudar, de fora, os que se contrapunham a ele,

dentro da Constituinte. E a ajuda deveria vir com o carimbo oficial da instituição, para ter ainda mais força.

Note-se que a nota da CNBB continha uma referência quase direta ao "centrão", que, no entanto, passou despercebida diante da repercussão do trecho que falava da corrupção do governo. Ela afirmava: "Foi sob a alegação de um princípio majoritário que recentemente se fizeram mudanças regimentais (na Constituinte). Essas mudanças podem, no entanto, retardar intoleravelmente a promulgação da Carta Magna e fazer desaparecer avanços importantes, frutos de um amplo e maduro entendimento entre as forças políticas mais sensíveis às aspirações das verdadeiras maiorias nacionais e de um inédito e fecundo processo de participação da sociedade na elaboração constitucional."

Era um recado muito claro. E pelo que se viu na quarta-feira foi ouvido com muita atenção pelos constituintes. Entre os que compareceram para dar solidariedade à CNBB e a Dom Luciano, nos seus desencontros com o presidente Sarney, estavam ex-integrantes do "centrão", liberais reconhecidos do PFL e do PDS e um seleto grupo de peemedebistas históricos. Os parlamentares asseguraram ter entendido perfeitamente as preocupações dos bispos diante da conjuntura. E pouco depois, significativamente, confirmaram esse compromisso, votando maciçamente no acordo progressista em torno do direito de propriedade. ◀

José Carlos Bardawil

GUIA DO TRABALHADOR

Este é o quadro das modificações nos direitos do trabalhador (elaborado pelo repórter Cleinaldo Simões, com a colaboração do jurista Otávio Mangano).

O que foi aprovado na Constituinte	Como é hoje	Como ficará depois da promulgação
Artigo 7º — São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social.	A legislação atual separa direitos de trabalhadores urbanos (regidos pela Consolidação da Lei do Trabalho, CLT) dos rurais (Lei nº 5.889/73). Nesta, os direitos são menos extensos.	Trabalhadores urbanos e rurais passam a ter os mesmos direitos. Mas a igualdade não será absoluta, como pode ser observado no inciso XXVI, que trata da prescrição das ações trabalhistas.
Inciso I — Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei complementar, que preverá indenização compensatória, entre outros direitos.	Os empregadores têm amplo direito para despedir, sem qualquer explicação. Atualmente, cláusulas das convenções coletivas estabelecem a necessidade da justificativa e/ou determinam prazos em que não podem ocorrer demissões. Mas isto não impede que as demissões aconteçam.	A proibição da despedida arbitrária significa que não se pode mandar ninguém embora por capricho. A despedida deverá ser fundada numa razão objetiva. Mas, atenção: se a regra geral é mais restritiva para a despedida em relação à legislação atual, estabelece-se maior flexibilidade para acontecerem as despedidas. Entenda que as leis não contêm palavras inúteis. E nesta há dois critérios de objetividade, as despedidas arbitrárias e sem justa causa. O contrário de sem justa causa é a falta grave, que dá razão à despedida. E o contrário de despedida arbitrária é a despedida fundada numa razão social plausível ou relevante. Isto seria, por exemplo, retração de mercado e problemas de ordem técnica. Portanto, supõe-se que o empregador possa despedir em função disso.
Observações (relativo ao inciso I) Com a promulgação da Constituição, se a despedida for considerada sem justa causa ou arbitrária, a sanção será a indenização, que ainda será estabelecida por lei complementar. Hoje, as indenizações dos optantes do FGTS é a quantia depositada no fundo mais 10%. Se não for optante, a indenização é de um mês de salário por ano trabalhado. Existe acordo entre os grupos políticos no Congresso para aprovação de uma disposição transitória (que vigorará até que a lei complementar entre em vigor) para aumentar a indenização para 40% do total do FGTS. Na lei complementar outros direitos poderão ser incorporados. Por exemplo, poderão ser estabelecidos os critérios de reintegração em alguns casos, de despedida, como os de dirigentes sindicais.		
Inciso II — Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.	É de meio salário mínimo para os que se inscreverem junto ao Ministério do Trabalho, que paga com verba própria.	Ainda não está determinada a quantia, mas será pago pela Previdência Social. Haverá uma lei ordinária para determinar claramente os pormenores da mudança. Um ponto polêmico será a definição de desemprego involuntário.
Inciso III — Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.	Hoje é opcional e quem entra no FGTS perde direito à estabilidade e indenização, conforme a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho. Mas, o Tribunal Federal de Recursos, que julga os casos da área pública, entende que quem opta pelo FGTS não perde a estabilidade.	Todos passam a ter direito ao FGTS sem prejuízo das indenizações.

O que foi aprovado na Constituinte	Como é hoje	Como ficará depois da promulgação
Inciso IV — Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais e às de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos, de modo a preservar-lhe o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim;	O salário pode ser regional, atendendo às necessidades básicas para trabalhador e família: alimentação, habitação, higiene e transporte. Constou sempre de papel, não na prática.	Torna-se mais abrangente ao se tornar nacional. Deve ser revisto periodicamente. E será fixado considerando mais fatores como saúde, educação, lazer e previdência social. Sua aplicação será difícil e demorará muito tempo para se converter em realidade.
Inciso V — Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;	Algumas categorias, como metalúrgicos, petroleiros e jornalistas, têm piso salarial superior ao salário mínimo legal, fixado por convenções coletivas de trabalho. O piso salarial não pode ser determinado por lei.	Os pisos salariais poderão ser definidos por lei. Os legisladores analisarão parâmetros para definir a proporcionalidade da extensão e complexidade do trabalho. Os resultados dependerão das forças políticas das categorias.
Inciso VI — Irredutibilidade de salário ou vencimento, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo e nos casos em que os vencimentos dos funcionários públicos excederem o teto resultante da remuneração básica do nível mais alto da carreira ou da classe funcional, acrescida dos adicionais próprios e por tempo de serviço.	Os salários ou vencimentos são irredutíveis. E as convenções coletivas estabelecem sempre condições, por presunção, mais favoráveis. Os funcionários públicos podem agregar vantagens indefinidamente aos seus ganhos (entenda-se marajás).	Os salários poderão ser reduzidos, desde que conste em convenção coletiva de trabalho. Portanto, está aberta a possibilidade das convenções estabelecerem condições menos favoráveis, por presunção, aos trabalhadores.
Inciso VII — Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.	A legislação atual já prevê isso.	Os funcionários públicos não poderão mais agregar vantagens indefinidamente. A novidade é que a garantia passa a ser princípio constitucional.
Inciso VIII — Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.	De acordo com a legislação, o 13º já é integral para os trabalhadores na ativa, mas os cálculos da previdência ocasionam uma redução na remuneração dos aposentados.	Passa a ser princípio constitucional, pois os aposentados receberão o 13º integralmente, conforme o valor da aposentadoria.
Inciso IX — Remuneração do trabalho noturno superior ao do diurno.	A legislação já prevê isso em função da Constituição em vigor. Há um acréscimo de 20%, pelo menos, sobre a remuneração da hora diurna.	Permanece como está, e a legislação ordinária poderá determinar uma nova variação no acréscimo.
Inciso X — Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração e, excepcionalmente, na gestão da empresa;	Legislação permite a participação nos lucros sem especificar se é ou não vinculada à remuneração. As empresas têm que pagar incidências sociais com esta remuneração a mais (FGTS, lapas, férias e 13º). A participação na gestão da empresa não é explicitada.	Fica desvinculada da remuneração. Vai ter direito a dinheiro a mais, identificado como participação nos lucros. Isto pode estimular. Torna a participação mais barata porque perde a natureza remuneratória. Os trabalhadores poderão, excepcionalmente, participar da gestão da empresa. Legislação poderá definir melhor todos estes pontos.
Inciso XI — Salário família aos dependentes	A legislação já prevê que será proporcional ao salário.	Passa a ser um princípio constitucional. Legislação poderá redefinir a proporcionalidade.
Inciso XII — Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada mediante acordo ou convenção de trabalho.	A jornada de trabalho é de 48 horas semanais.	A única mudança ao que já existe é a redução para 44 horas de trabalho semanal.
Inciso XIII — Jornada máxima de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.	A jornada de turno é de oito horas. A legislação estabelece que neste regime de trabalho deve-se conceder uma folga coincidente com o domingo a cada sete semanas.	O turno passa a ser de seis horas, transformando-se num preceito constitucional. As empresas passarão a ter quatro turnos, ao invés de três. As negociações coletivas de cada categoria com as empresas poderão alterar esta situação.

O que foi aprovado na Constituinte	Como é hoje	Como ficará depois da promulgação
Inciso XIV — Repouso semanal, preferencialmente aos domingos.	CLT já prevê isso.	Passa a ser um princípio constitucional.
Inciso XV — Serviço extraordinário com remuneração no mínimo 50% acima do normal ou conforme convenção ou acordo coletivo;	De acordo com a lei, a hora extra é remunerada com 20% sobre a hora normal, sendo em alguns casos excepcionais de 25%. (CLT). Mas, na prática, grande número de convenções coletivas já prevêem horas extras superiores aos limites legais, chegando até a 100%.	A remuneração mínima da hora extra passa a 50% da hora normal.
Inciso XVI — Gozo de férias anuais remuneradas em, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;	Quando o trabalhador sai de férias recebe o salário integral.	Quando o trabalhador sair de férias receberá o salário integral, mais 33% desse valor.
Inciso XVII — Licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 120 dias, bem como, nas mesmas condições, licença paternidade de oito dias aos que preencham requisitos fixados em lei. A lei assegurará incentivos específicos para proteção do mercado de trabalho da mulher.	A licença gestante é de 90 dias. E os pais podem ficar um dia fora do serviço para cuidar do registro do filho.	A licença passa para 120 dias e reconhece-se o direito do pai a ajudar sua mulher nos primeiros dias de vida do filho. Lei complementar fixará critérios para a concessão da licença e procurará assegurar o mercado de trabalho para a mulher, já que há riscos de desestímulo ao emprego feminino.
Inciso XVIII — Aviso prévia proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias, nos termos da lei	O aviso prévia é de 30 dias	Como passa a ser no mínimo de 30 dias, a legislação poderá fixar um tempo maior, como as propostas de que seja proporcional ao tempo de trabalho. Exemplo: um mês para cada ano de serviço.
Inciso XIX — Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.	A legislação já assegura isso	Passa a ser um princípio constitucional
Inciso XX — Adicional de remuneração para as atividades insalubres, perigosas ou penosas, na forma da lei	A legislação atual só prevê o adicional para as atividades consideradas insalubres e perigosas	A novidade é que incluem as atividades penosas. Estas serão definidas pela lei ordinária Uma atividade penosa pode ser as que submetem os trabalhadores a jornadas de trabalho muito tempo fora da claridade, que trabalham com peso ou excesso de atividade intelectual.
Inciso XXI — Aposentadoria.	A lei prevê este direito, por ser direito constitucional.	A mudança que pode acontecer é de alteração nos critérios de cálculo, a serem definidos por legislação ordinária.
Inciso XXI — Aposentadoria.	A lei prevê este direito, por ser direito constitucional.	A mudança que pode acontecer é de alteração nos critérios de cálculo, a serem definidos por legislação ordinária.
Inciso XXII — Assistência gratuita aos filhos e dependentes até seis anos de idade, em creches e pré-escolas.	Não existe esta obrigatoriedade. Várias categorias têm conquistado a assistência através de acordos coletivos de trabalho.	Passa a ser obrigatória e um princípio constitucional. A lei ordinária disporá os critérios para sua aplicação.
Inciso XXIII — Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.	Legislação já prevê isso	
Inciso XXIV — Proteção em face a automação, na forma da lei.	Inexistia esta garantia.	Os trabalhadores estarão protegidos contra dispensa ocasionada pela implantação de novas tecnologias. Além disso, a idéia subjacente é de que os trabalhadores passarão a ter participação nos lucros da empresa quando ela passar a utilizar uma nova tecnologia que ocasionará um aumento de produtividade. Estes critérios subjetivos serão definidos em lei.

O que foi aprovado na Constituinte	Como é hoje	Como ficará depois da promulgação
Inciso XXV — Seguro contra acidentes de trabalho a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.	Agora, o seguro é responsabilidade da previdência. E o empregador paga uma taxa adicional conforme a atividade e sua periculosidade.	Toda a responsabilidade passa a ser do empregador. A previdência social deixa de ser responsável pelo objetivo a que foi criada.
Inciso XXVI — Prazo prescricional de cinco anos contados da lesão de direito originária da relação de emprego, salvo na hipótese da extinção do contrato de trabalho, quando este prazo se esgotará dois anos após o término da relação de emprego. Em se tratando de trabalhador rural, a prescrição somente ocorrerá após o decurso de dois anos da cessação do contrato de trabalho;	O trabalhador tem até dois anos a partir da infração para reclamar seus direitos lesados pelo empregador. Para o trabalhador rural o prazo começa a ser contado somente quando ele deixa o emprego.	Agora, a diferença entre o urbano e o rural continua. A regra geral para o urbano para reclamar passa a ser: é de cinco anos enquanto estiver no emprego, contados a partir da data em que ocorrer a infração. Além disso, pode fazer a mesma reclamação até dois anos após ter saído do emprego. Exemplo: Suponhamos que uma empresa suprima uma vantagem de um empregado em 1983. A prescrição acontecerá em 1988. Mas, suponhamos, ainda, que em 1987 o empregado saiu da empresa. Poderá reclamar o direito até 1989.
Inciso XXVII — Proibição de diferença de salário e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.	Legislação já prevê isso.	
Inciso XXVIII — Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais.	Legislação já prevê isso.	
Inciso XXIX — Igualdade de direitos concernentes à seguridade social, entre os trabalhadores com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.	A previdência social estabelece hoje aposentadorias e direitos sociais diferentes para empregados, temporários, estudantes, avulsos, eventuais, empregadores e diretores. Com regimes diferentes.	Agora, os avulsos terão os mesmos direitos que os empregados, em termos de previdência social.
Inciso XXX — Proibição de qualquer discriminação no tocante ao salário e critérios de admissão ao trabalhador portador de deficiência.	A legislação já previa isso, mas não explicava qualquer proteção ao trabalhador com deficiência.	Continua o direito, protegendo agora o trabalhador com deficiência.
Parágrafo 1º — A lei protegerá o salário e definirá como crime sua retenção dolosa	Isto já existe em lei ordinária	Passa a ser princípio constitucional
Parágrafo 2º — É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de catorze anos, salvo na condição de aprendiz	Hoje se pode começar a trabalhar a partir dos doze anos, em qualquer horário	A faixa etária mínima para trabalhar passa a ser de catorze anos. E os menores de dezoito não poderão trabalhar à noite em atividades consideradas perigosas ou insalubres.

Internacional

Notícias Sindicais da Inglaterra

Recebemos de dois assinantes da "Quinzena" em Londres, Chris e Bene Whitehouse, o quadro que a seguir reproduzimos sobre a conjuntura sindical na Inglaterra.

Londres - Janeiro 1988

É uma conjuntura difícil para os trabalhadores e suas organizações,

devido à política anti-sindical do governo, a re-estruturação da economia britânica, algumas mudanças mais profundas associadas com a evolução da economia mundial e as debilidades políticas do próprio movimento.

LEGISLAÇÃO ANTI-SINDICAL

A classe dominante britânica, mostra a mesma habilidade da classe dominante brasileira em matéria de legislação anti-sindical. Desde 1979, quando o povo elegeu uma grande maioria de deputados do Partido Conservador liderado pela Margaret Thatcher, o Parlamento tem votado uma série de "pacotes" de leis anti-sindicais (1980, 1982, 1988) que atrapalham os trabalhadores e destroem direitos acumulados nas últimas décadas. Vou listar alguns elementos destas leis.

Não se pode fazer greves de solidariedade com outras empresas e categorias tanto aqui no Reino Unido quanto no exterior (por ex., o Brasil). A única exceção é se você trabalha para uma empresa fornecedora ou se a empresa onde você trabalha é cliente da empresa em greve. Inclusive, um trabalhador não pode fazer piquete ou boicotar uma empresa onde ele não é empregado. Antes de chamar uma greve, um sindicato tem que organizar uma votação secreta dos trabalhadores empregados pela empresa em questão. Não é permitido uma reunião de massa votar para fazer uma greve.

Foi subvertido todo o sistema de benefícios e proteção que foi estabelecido para proteger determinados trabalhadores em determinados setores econômicos. Por exemplo: salário mínimo efetivamente estabelecido para determinados setores mal-remunerados (por ex. hotéis e restaurantes) foi abolido. Outro exemplo, se uma pessoa deixa o emprego sem ser mandado embora, tem que esperar seis meses em vez de seis semanas antes de ter direito ao salário-desemprego. Evidentemente, isto faz com que o trabalhador tenha que aguentar mais arbitrariamente, pois não vão sair do trabalho tão fácil, especialmente numa situação de alto desemprego. É importante notar que a cada semana que trabalha, o trabalhador contribui para o fundo de desemprego. Não é uma coisa de caridade do governo.

A NOVA LEI

A nova lei, que deve ser votada nos primeiros meses de 1988, inclui os seguintes elementos: antes de chamar greve, um sindicato tem que organizar uma votação secreta pelo correio (antes podia ser no local de trabalho); um trabalhador não pode ser punido por um sindicato se furar uma greve, mesmo se a maioria dos trabalhadores votaram para fazer greve obedecendo às leis do governo; será ilegal o sistema "closed-Shop" em que sindicalizar-se é uma condição de emprego (atualmente, permite-se o "closed-Shop" se 80% dos empregados de determinado lugar de trabalho votarem a favor do sistema); trabalhadores sindicalizados (muitos dos quais são conservadores ou pelo menos não radical) que querem reclamar ou levar seu sindicato na justiça terão direito à assessoria de um

funcionário público (posto a ser criado). Evidentemente, este acúmulo de leis atrapalha bastante.

OS PROFESSORES

Um outro aspecto deste poder legislativo foi demonstrado quando o governo usou sua maioria no Parlamento para passar uma lei estipulando unilateralmente as condições de trabalho e os salários dos professores. Isto é muito sinistro. Efetivamente, os professores perderam o direito de negociar. Ficou difícil para os professores fazerem um grande movimento por que as eleições parlamentares acabaram de confirmar o mandato do governo. Também, a categoria ficou cansada depois de dois anos de campanha. É mais uma categoria importante a ser derrotada pelo governo e os patrões nestes últimos anos. Os trabalhadores na indústria de aço, os mineiros, gráficos e funcionários públicos foram os outros.

OS MINEIROS

Desde o fim da greve dos mineiros em abril de 1985, o número de trabalhadores na categoria caiu de aproximadamente 170.000 a 100.000 e um grande número de minas foram fechadas porque o governo disse que não eram econômicos (que dizer, que os sul africanos, poloneses, colombianos, etc., produzem carvão a um preço menor por causa da repressão nestes países e os perigos da energia nuclear nunca são contabilizados). Mas os mineiros têm muito ânimo e estão lutando contra as provocações dos gerentes das minas, gerentes que pensaram que iam acabar de vez com a militância nas minas depois da derrota da greve).

A PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Uma das políticas centrais do governo é a privatização. Já vendeu diversas empresas estatais de serviços públicos. Vai vender outras. Inclusive, a de água. Além disto, o governo vai forçar as municipalidades a organizar concorrência para os diversos serviços públicos de sua responsabilidade - coleta de lixo, manutenção de parques (temos muitos), refeições escolares, limpeza de propriedades públicas, construção. O resultado é a entrada de grandes multinacionais como Hawleys, BET, etc. que diminuem o número de trabalhadores, pioram as condições de trabalho e salários, acabam com qualquer estabilidade no emprego e acabam fazendo o trabalho mal, prejudicando assim todo o público. Já foi privatizado a limpeza dos hospitais e abriu ao transporte público urbano à concorrência de empresas privadas.

A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Nas indústrias de transformação, os patrões continuam a tentar tirar dos trabalhadores ganhos acumulados

nos anos 40, 50, 60 e metade dos anos 70. Tentam diminuir horários de descanso, tentam acabar com o controle que muitos trabalhadores têm sobre determinados aspectos do processo de produção. Insistem em que são os gerentes que mandam e o trabalhador tem que fazer o que o gerente quer. Entre outras coisas, as empresas estão querendo fazer o que o gerente quer. Entre outras coisas, as empresas estão querendo que cada trabalhador assuma diversas funções. Por exemplo, fazer com que o trabalhador seja responsável pela manutenção, etc. de sua máquina(s). Em parte, este processo está sendo impulsionado pela influência dos japoneses. Antes os gerentes foram visitar o Japão para ver, mas ultimamente muitas empresas japonesas têm investido aqui no Reino Unido. Eles estão fazendo isto para ganhar melhor acesso aos mercados britânicos e europeus (estão com fortes medidas protecionistas) e por causa da apreciação de sua moeda que torna mais caro bens exportados do Japão. Geralmente, eles escolhem lugares de alto desemprego e fazem acordos com o sindicato dos eletriciários (direita) que está mais disposto a aceitar os termos dos japoneses. Entre as empresas que têm investido nos últimos anos são, Komatsu (competidor de Caterpillar) e a Nissan e Nissan, começou produzir carros agora no nordeste da Inglaterra e a sua "eficiência" e produtividade está assustando um pouco os concorrentes como Ford (que tem a maior parte do mercado britânico - cerca de 28%) e General Motors.

A INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

Atualmente, está havendo problemas na GM e na Ford. Faz tempo que estudaram as empresas japonesas, mas parece que é só agora que estão empurrando com mais força coisas como círculos de qualidade, trabalho em equipes, flexibilidade de função (quer dizer qualquer trabalhador tem que mudar de função conforme o encarregado mandar - mudança muito significativa aqui). A GM está também querendo fazer dois turnos em vez de um, forçando as pessoas a trabalhar na cidade de Luton se os trabalhadores não aceitassem as mudanças. Uma pequena maioria votou em favor de aceitar, mas os votantes incluíram os funcionários de escritório, gerência, encarregados, etc. Ainda vai dar briga mesmo se os sindicatos se conformarem com as mudanças.

FORD

Nas últimas semanas, houve uma série de greves curtas nas diversas fábricas da Ford (tem mais 20 no país com 32.500 empregados). As greves são de advertência e estão se dando durante as negociações entre os diversos sindicatos representando os

empregados da empresa e a Ford. A Ford está se sentindo forte no clima político e econômico atual mas ainda tem a possibilidade de uma greve longa nas próximas semanas.

A empresa está conseguindo antagonizar todos os setores - produção, eletricitistas, encarregados, etc. Quer acabar com a distinção atual entre trabalhadores da linha de produção e os responsáveis pela supervisão e a manutenção. Atualmente, se tem problema na linha, chama-se o eletricitista ou outro trabalhador com a formação adequada para arrumar. A Ford quer que os trabalhadores da linha se responsabilizem por fazer este trabalho de manutenção. Isto diminui a necessidade de mão de obra, aumenta a produtividade e diminui a necessidade de mão de obra, aumenta a produtividade e diminui (teoricamente) o tempo em que a linha está parada. Também, a empresa quer que o pessoal trabalhe em equipes coordenada por um dentre eles e que se aceite a participação em círculos de qualidade. Isto supostamente criaria uma atitude mais positiva entre os trabalhadores e uma relação mais dinâmica entre a pessoa responsável (que seria o coordenador em vez do supervisor) e os trabalhadores. Esta mudança que supostamente aumentaria a produtividade, diminuirá as atitudes anti-empresa e subverteria a organização sindical. A empresa quer empregar uma porcentagem de "temporários" para momentos de alta demanda do mercado. É perigoso para os trabalhadores. De repente no futuro, todo mundo vira "temporário". Também os temporários são potencialmente fura greves.

A Ford quer um acordo de três anos que incluiria aumentos salariais iguais ao aumento na taxa de inflação. Mas a produtividade tem subido muito e os trabalhadores querem uma parte maior dos lucros que a empresa está tirando. Os sindicatos (que são nacionais e que organizam setores diferentes da força de trabalho) recusaram a oferta da Ford. Querem a redução do número de horas trabalhadas por semana de 39 para 37. Entraram em contato com os sindicatos que organizam trabalhadores da empresa nos outros países da Europa para colocar ao par da situação.

No dia 21 de janeiro, mais de 90% dos trabalhadores votaram contra a oferta da empresa e em favor da ação para pressioná-la. A tradição na Ford é de fazer greve de vez e não tartaruga, etc. É uma conjuntura difícil para os trabalhadores e é provável que os sindicatos acabem negociando um acordo um pouco mais favorável com a empresa para depois vender a idéia aos trabalhadores. Mas tem perspectiva real de greve de tempo indeterminado, começando no fim

deste mês de janeiro.

A LUTA DAS ENFERMEIRAS

No seu ataque contra o sistema do bem estar social, o governo tem sistematicamente cortado as verbas destinadas ao Sistema Nacional de Saúde (NHS). Os hospitais fecham ou diminuem o número de camas disponíveis. Nas últimas semanas, o ministério de saúde disse que ia acabar com um bonus pago às enfermeiras de um hospital na cidade de Manchester fizeram greve surpreendendo tanto o governo quanto o público. O governo voltou atrás mas a categoria tem outras reivindicações. Enfermeiras de outros hospitais estão votando atualmente sobre se vão fazer greve de 24 horas no dia 3 de fevereiro.

Uma enfermeira comentou o seguinte: "Não é só uma questão de salário. Tem um sentimento generalizado de desmoralização entre as enfermeiras por causa dos cortes no orçamento do NHS e por causa da deterioração dos serviços". Dos aproximadamente 400.000 enfermeiras, mais da metade são filiadas ao sindicato RCN que insiste em nunca fazer greve, só negociações. Mas muitas enfermeiras estão mudando para os outros dois sindicatos que organizam enfermeiras e outros trabalhadores no NHS, o COHSE e o NUPE.

A RESPOSTA DOS TRABALHADORES

Esta luta e outras mostram que tem gente disposta a brigar e, apesar do desemprego ser mais de três milhões, os trabalhadores na indústria de transformação e alguns governamental permanece o grande desafio da esquerda.

INTERNACIONAL

Mesmo sob uma intensa pressão, o movimento sindical sul-africano continua lutando e até ganhando batalhas. O regime já o COSATU com o inimigo mais perigoso que tem que enfrentar. Uma bomba praticamente destruiu a sede do central faz uns meses. Os ferroviários acabaram de ganhar uma magnífica vitória no sudeste do país. Apesar de muita repressão e mortes, demissões em massa, eles conseguiram as suas principais reivindicações a nível de condições de trabalho e representação sindical. Agora, o sindicato deles é reconhecido pelo estatal e eles têm direito a eleger representantes por seção. As mais informadas avaliações da greve dos mineiros que vi concluem que empataram com as firmas mineradoras.

Diz-se que, no geral, a fundação de COSATU (do antigo FOSATU) tem levado a uma diluição de seu conteúdo classista e a sua ênfase sobre a organização no ponto de produção. Os sindicatos e elementos afiliados ao UDF (movimento político amplo a esquerda do PC - tipo, vamos dizer, PT) tem

conseguido uma influência preponderante levando por exemplo a confederação a aprovar as bandeiras reformistas do Congresso Africano Nacionalista (ANC).

Também na Namíbia, está tendo muitas lutas importantes - especialmente dos mineiros (como na África do Sul). O movimento sindical na Namíbia cresceu muito no último ano. Acho este crescimento dos movimentos sindicais nestes dois países muito importantes. Apesar de serem sindicatos, acho que eles são menos reformistas que os movimentos de libertação.

Outros setores estão mais ou menos conseguindo manter o salário real. Agora existe uma terrível falta de articulação entre os trabalhadores e representantes sindicais mais combativos. Muitas vezes, movimentos importantes são sabotados pelas lideranças sindicais que preferem negociar em nome de uma suposta maioria "moderada" em vez de tomar uma atitude mais "radical" usando a força e disposição dos setores mais combativos. Os trabalhadores dos setores de telecomunicações e do Correio são dois exemplos recentes. Mas, isto não é nada novo e vocês conhecem de perto este tipo de coisa. Entretanto, o "novo realismo" da central sindical não apoia as lutas dos setores mais combativos, traíndo sucessivamente lutas importantes. Também, não é novidade.

Alguns sindicatos, principalmente no setor público, estão fazendo um esforço para recrutar dentro dos setores antes marginalizados nos hotéis e restaurantes, etc. Existe um processo de "racionalização" dos sindicatos, quer dizer, a amalgamação de sindicatos para diminuir despesas administrativas e a criação de entidades supostamente mais fortes e capazes para levar uma luta coordenada de determinadas categorias ou tipos de trabalhadores. Mas, ficam mais burocráticos.

A POLÍTICA PARTIDÁRIA

Por último, o Partido Trabalhista continua a perder credibilidade, mas ainda é uma influência importante no sentido de subverter as lutas populares. Em vez de organizar os setores marginalizados, prefere ocupar espaço no centro do espectro político e ganhar a "opinião pública". O Militant tendência, partido trotskista, entrista, vai tentando através dos anos, ganhar os aparelhos do Partido Trabalhista e alguns de seus quadros estão sendo expulsos. De vez em quando, o Militant consegue organizar um certo nível de resistência contando com suas bases a nível municipal. Mas o seu objetivo de transformar o Partido Trabalhista parece mais remoto do que sempre. Entretanto, pequenos partidos "revolucionários" como o Socialist Workers Party são muito ativos mas não conseguem escapar dos vícios do vanguardismo. A articulação das lutas sociais e os focos de resistência à política